

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RANIERI EMANUELE MASTROBERARDINO

**A REPRESENTAÇÃO DO CAVALEIRO MEDIEVAL NA OBRA MENSAGEM,
DE FERNANDO PESSOA**

CURITIBA

2017

RANIERI EMANUELE MASTROBERARDINO

**A REPRESENTAÇÃO DO CAVALEIRO MEDIEVAL NA OBRA MENSAGEM,
DE FERNANDO PESSOA**

Monografia apresentada à disciplina de Prática de Pesquisa em Educação do Curso de Licenciatura em Português e Italiano da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Italiana.

Professora Orientadora: Dr.^a Patrícia da Silva Cardoso.

CURITIBA

2017

À Ruth Delania Alcantara Morales, sempre presente em meu coração e em minha memória. *Te extraño demasiado.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e pela sabedoria.

Ao meu pai Massimo Mastroberardino, por ter despertado em mim o amor pelo conhecimento.

A minha madrasta Angela Maria Faria e a minha irmã Stella Mastroberardino, por terem sempre respeitado o meu espaço.

A todos os meus familiares, pelas energias positivas e pelo carinho.

A minha companheira Ana Carolina Oliveira Freitag, pela paciência e pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos da infância, por entenderem as minhas infundáveis ausências.

A todos que contribuíram para o meu amadurecimento, tanto pessoal quanto profissional. Em especial, aos amigos: Adriano Fabrício Perissutti, Alessandra De Freitas, Carla Alessandra Cursino, Cintia Aparecida Borges Dos Santos, Edméa Do Rocio Oliveira, Eliane Cristina Perry, Frauke Margareta Scholvin, Glavio Leal Paura, João Batista Barbosa Junior, Kessiane Mendes Da Silva, Maria Inês Carvalho Correia, Phelipe De Lima Cerdeira, Raphael Ghünnter Cipriano Nunes e Regiane Soranzo. Verdadeiros arquétipos de grandeza e de superação. Conheceram-me como um menino. Agradeço-lhes como um homem.

No que tange a modelos de grandeza e de superação, não posso, em hipótese alguma, deixar de agradecer aos meus ex-alunos do projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), da Universidade Federal do Paraná. Meus verdadeiros heróis, a perseverança que provém de suas respectivas almas serviu-me, de combustível, para a realização deste trabalho. À professora e orientadora Patrícia da Silva Cardoso, pela disponibilidade e pelas discussões, que contribuíram diretamente para o prosseguimento desta pesquisa.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,
mas lutamos para que o melhor fosse feito.

Martin Luther King Jr.

RESUMO

O presente trabalho é inerente ao contexto do modernismo português e possui, como foco principal, revelar e analisar as características intrínsecas ao cavaleiro medieval, bem como o posicionamento ativo deste, na explanação do espírito de consciência criadora nacional, que perpassa o livro *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Nesta linha de raciocínio, destacaremos, em um segundo momento, como que os atributos dos guerreiros atrelavam-se ao verdadeiro sentimento de pertencimento à nação portuguesa, tal como à incumbência do poeta, a qual se distinguiu por promover uma remodelação do subconsciente nacional do povo lusitano, remodelação que não se associava aos ideais do nacionalismo ideológico e político do Estado Novo, mas ao ideal de ressuscitar/regenerar Portugal, tanto no âmbito cultural quanto no âmbito espiritual. Tendo em vista esta perspectiva de análise, depreende-se que em um cenário político-social e cultural extremamente conturbado, o imaginário destes heróis, bem como as suas ações, poderiam evidenciar, para os contemporâneos do poeta, a alma lusitana, o ideal comum de nação, que se esfarelaram no Portugal entristecido de Salazar.

Palavras-chave: Cavaleiro medieval. Espírito de consciência criadora nacional.
Ideal comum de nação.

RIASSUNTO

Questo lavoro è inerente al contesto del modernismo portoghese e ha come obiettivo principale, rivelare e analizzare le caratteristiche intrinseche al cavaliere medievale, così come l'atteggiamento attivo di quest'ultimo, nella spiegazione dello spirito di coscienza creativa nazionale, che permea il libro "*Messaggio*" di Fernando Pessoa. Seguendo questa linea di ragionamento, si metterà in evidenza, in un secondo momento, come gli attributi dei guerrieri erano associati al vero senso di appartenenza alla nazione portoghese, come il proposito del poeta, che si distingueva per la promozione di un rimodellamento della subcoscienza nazionale del popolo lusitano. Questo rimodellamento non si associava agli ideali del nazionalismo ideologico e politico dello "Estado Novo", ma all'ideale del risuscitare/rigenerare il Portogallo, sia nell'ambito culturale sia nell'ambito spirituale. In linea con la menzionata prospettiva di analisi, si conclude che in uno scenario socio politico e culturale estremamente sconvolto, l'immagine di questi eroi e le loro azioni potrebbero dimostrare, ai contemporanei del poeta, l'anima lusitana, l'ideale comune nazionale, elementi che si sono sbriciolati nel Portogallo rattristito di Salazar.

Parole-chavi: Cavaliere medievale. Spirito di coscienza creativa nazionale.
Ideale comune nazionale.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: PRIMEIRO CONTATO COM O INTELLECTUAL PORTUGUÊS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO TEMÁTICO	10
1.2 Objetivos	14
1.3 Metodologia	15
2. A APATIA PRESENTE EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX	18
2.1 O PESSIMISMO DE ALMADA NEGREIROS	18
2.2 1926-1933 Um período atípico para a história de Portugal	19
2.3 O entre - lugar de Mensagem	22
3. PERSCRUTANDO A MENSAGEM	24
3.1 UM OLHAR ATENTO SOBRE O TÍTULO DA OBRA	24
3.2 O carácter esotérico-ocultista e simbólico de Mensagem	26
3.3 A estrutura de Mensagem	29
4. O POSICIONAMENTO ATIVO DO CAVALEIRO MEDIEVAL	34
4.1 O IDEAL DE CAVALEIRO, UMA IMAGEM CONSOLIDADA NO PLANO LITERÁRIO	34
4.2 O ideal de cavaleiro, uma imagem consolidada no plano histórico	38
4.3 Nas entrelinhas da Mensagem	42
4.3.1 O Conde D. Henrique	43
4.3.2 D. Afonso Henriques	48
4.3.3 D. Fernando, Infante de Portugal	54
4.3.4 Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião	59
5. O PORVIR INTELLECTUAL DE PORTUGAL	70
5.1 O CIO DE CRIAR, A SAGRADA LUXÚRIA DE CONSTRUIR	70

6. CONCLUSÃO COM “C” MINÚSCULO	75
REFERÊNCIAS.....	77

1.INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: PRIMEIRO CONTATO COM O INTELECTUAL PORTUGUÊS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO TEMÁTICO

Intrigado e instigado desde o ensino fundamental, médio e, posteriormente, nas rodas de conversa no âmbito acadêmico, em função daquilo que me diziam acerca dos versos concisos, enigmáticos, obscuros e fascinantes de Fernando Pessoa, resolvi, no ano de 2015, após ter recebido um presente de minha companheira Ana, dedicar-me à leitura de um grande clássico, de uma obra prima, do escritor português em questão. Refiro-me ao livro *Mensagem*, o qual foi recebido por mim justamente no dia internacional do livro, o que realça, na minha percepção, uma união entre o que temos de mais singelo e carinhoso, ou seja, o contentamento ao receber um presente em uma data especial e o que temos de mais prazeroso, isto é: receber um livro de presente, principalmente para alguém pertencente ao mundo das letras.

Isto posto, comecei a ler *Mensagem* e, desde o primeiro momento em que me deparei com esse conjunto de 44 poemas, concernente a essa *Magnum opus* da literatura portuguesa e da literatura universal, fiquei fascinado pela maneira como a obra é constituída e pelo seu caráter altamente simbólico, marcado pela imprecisão e multiplicidade de interpretações, levando-se em consideração as inúmeras possibilidades de significado e sentido, em relação a cada poema. Diante disso, quando eu li os poemas do livro, por mais que em um primeiro momento, fosse uma leitura calcada na fruição e no deleite pessoal, fiquei contagiado em relação à máxima condensação da linguagem, em relação ao grau impactante da densidade das palavras que perpassam a obra, palavras desconcertantes, as quais retratam uma beleza singular nesse gênero literário denominado poesia. Estas palavras, esta simbologia, esta multiplicidade de interpretações, de significado, fatores inerentes à obra, me tocaram profundamente, de tal forma que ao terminar a leitura já não era o mesmo leitor de antes, pois passei a ser um leitor perpassado e atingido pela sequência penetrante e comovente dos poemas, os quais revisitam a história

de Portugal, desde a criação dessa nação, passando pelo seu ápice, até chegar ao seu declínio, ao seu marasmo, à sua decadência, características estas que, na percepção do poeta, vigoravam em Portugal no século XX. Mal sabia eu que, a partir disso, nascia um desejo de um estudo aprofundado dessa obra, um desejo que será posto em evidência neste trabalho, o qual me dará a oportunidade de exercitar um segundo olhar sobre *Mensagem: Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Nobis Signum*¹.

Neste exato momento, o leitor deverá estar se perguntado: qual a relevância de se fazer um estudo aprofundado acerca de Fernando Pessoa e de sua obra *Mensagem*? Esclareceremos. Adentraremos, em linhas gerais, no contexto de produção da obra e em algumas informações acerca do autor.

Fernando Pessoa, de acordo com a historiografia literária tradicional, faz parte do modernismo português. Um modernismo que, nas palavras de Almada Negreiros (1997), é perpassado pela apatia, pelo estado de espírito lúgubre, pela falta de autoridade política de Portugal em relação à Europa do século XX. Segundo Negreiros, o marasmo vivenciado por Portugal decorreu do fato de o país não estar à *La Page*, isto é: não estava em dia com o que era corrente no continente europeu acerca dos ideais de nação, de pátria. Conforme a sua percepção, os portugueses não possuíam a menor noção do que era a nação, do que era um conjunto nacional, um pensamento comum, uma vontade unânime, um pensamento coletivo sobre uma ideia comum de nação, sobre uma ideia comum de pátria. Essa reflexão retratava um atraso em Portugal. Para Negreiros, os portugueses não caminhavam na mesma direção da humanidade do século XX. Para ele, os portugueses não se doavam pela pátria, conforme fizeram os seus antepassados.

Aqui no século XX os portugueses não fazem a mínima ideia do que seja uma nação, um conjunto nacional, um pensamento comum, uma vontade unânime, nada, absolutamente nada que seja forçosamente coletivo. (NEGREIROS, 1997, p. 737).

Há mais de quatro séculos que estamos na Europa física e sem autoridade na Europa Política. Há mais de quatro séculos somos uma potência apenas na troca de diplomatas com as outras Nações. Há mais de quatro séculos, depois das Descobertas Marítimas dos Portugueses, deixou de haver correspondência entre as empresas

¹ A presente citação foi retirada do livro *Mensagem*, de Fernando Pessoa, São Paulo, Abril, 2010.

dos nossos antepassados e os seus descendentes! (NEGREIROS, 1997, p. 736).

É nesse contexto indiferente à pátria que Fernando Pessoa elabora a sua *Magnum opus*, conforme poderemos perceber com mais precisão neste trabalho. Em *Mensagem*, Fernando Pessoa partilha as perspectivas de Almada Negreiros explicitadas nos trechos acima e coloca-se como um intelectual que se esforçará para tirar Portugal do marasmo, do desinteresse, do estado de espírito lúgubre que o circunda. Trata-se, portanto, de considerar Pessoa um agente da transformação necessária, o qual emprega nessa obra uma autoimagem coletiva, um pensamento comum de nação, evidenciando, a partir dos heróis simbólicos da história de Portugal, um ideal de pátria, de consciência criadora nacional, de pensamento coletivo acerca da nação, características que, na perspectiva de Negreiros, não existiam nos portugueses do século XX. Uma vez exposto esse entendimento, convém discorrermos, por mais que seja brevemente, sobre o poema intitulado “Ode a Fernando Pessoa”, de Almada Negreiros, no qual o escritor homenageia o nosso poeta e contextualiza a tirania vivenciada por Portugal naquela época. Para o leitor curioso, sugerimos a leitura na íntegra desse texto. Contudo, neste momento, destaca-se que a ode em questão realça a figura de Pessoa como sendo, na ótica de Negreiros, a voz de Portugal, a voz que representa os anseios íntimos dos lusitanos para que estes consigam suplantar a apatia oriunda de um nacionalismo de índole ditatorial, caracterizado por ser regressivo e improdutivo. Em um cenário político conturbado, Fernando Pessoa agia em prol da nação lusitana, da sua pátria e do bem comum português, sem pender para os ideais ditatoriais e sem pender para uma ideologia subversiva. “[...] Tu levaste empunhada no teu sonho/ a bandeira de Portugal/ vertical/ sem pender para nenhum lado/ o que não é dado pra portugueses [...]” (Negreiros, 1997, p. 70).

Para o leitor que pretende ler esta pesquisa do início ao fim, permitam-nos dizer-lhe que este tipo de nacionalismo ditatorial é o motivo central do descontentamento de Negreiros evidenciado acima, mas não se preocupe, leitor, pois essa temática será explanada mais detalhadamente no capítulo II, bem como as distintas visões que o termo “nacionalismo” suscita, uma vez que

se trata de um vocábulo complexo. Diante dessa complexidade, cabe destacar, por ora, que para o pólo político lusitano, o vocábulo potencializa-se na violência e na repressão. Para o pólo artístico, composto por Fernando Pessoa e Almada Negreiros, o vocábulo, por sua vez, potencializa-se no ressurgimento, na redenção e na salvação desse marasmo que assombrava o povo português.

Com a finalidade de materializar a redenção e a salvação, bem como a de destacar o espírito de consciência criadora nacional, acreditamos que Fernando Pessoa considerou um elemento caro à *Mensagem*, um elemento que perpassa o livro do início ao fim. Referimo-nos à representação do cavaleiro medieval. Desta forma, de acordo com o nosso entendimento, realizar um estudo aprofundado sobre a figura do cavaleiro e sobre o seu respectivo posicionamento ativo na obra, será de suma importância para a elucidação do espírito de nacionalidade, para o pensamento coletivo acerca da pátria, uma vez que, nesse conjunto de 44 poemas, percebe-se, por meio de adjetivos e substantivos, virtudes e qualidades inerentes ao cavaleiro medieval, as quais serviriam de exemplo para os portugueses saírem da decadência e, por conseqüência, dessa situação de adversidade. Dentre essas virtudes, podemos citar o real sentido da bravura, da coragem, da ação, da valentia, da disposição e do comprometimento com a nação, atributos que eram carentes aos lusitanos do princípio do século XX, atributos que não se correlacionavam com a ideologia político-partidária vigente. Em síntese, o nosso poeta, de acordo com a nossa pesquisa, busca, diante dessas virtudes, suscitar um espelhamento por parte dos portugueses, com o escopo de conduzir o país para um futuro radiante, esplendoroso, de índole cultural e espiritual. Caro leitor, adiantamos-lhe que essa perspectiva de futuro será detalhada posteriormente, mais precisamente, no capítulo V deste trabalho.

Considerando o que foi destacado nesse último parágrafo, constata-se que, na nossa ótica, as virtudes concernentes ao cavaleiro são imprescindíveis para evidenciar o ideal comum de nação almejado por Almada Negreiros, pois estes atributos incorporam um exemplo de conduta a ser seguido pela pátria, retratando um amor e uma entrega pelo país, um espírito de grandeza e de identidade, os quais foram esquecidos pelos portugueses.

Composta por poemas carregados de valor simbólico-esotérico e de índole patriótica, a obra *Mensagem*, lançada em 1934, foi a única, em língua portuguesa, publicada em vida por Fernando Pessoa e acompanhou a carreira poética deste. Foram anos de pesquisa, de maturação, para celebrar a alma nacional portuguesa em 44 poemas recheados de versos concisos, os quais nem sempre são de fácil interpretação, versos que promovem diversas leituras e diversas análises, em relação a uma revisão da história de Portugal. Uma revisão que aborda mitos e heróis não com o objetivo de uma exaltação vazia e vulgar, mas para que estes sirvam de exemplo aos leitores contemporâneos e posteriores, na tentativa de retirar Portugal do estado de desânimo, de marasmo, de passividade e conduzi-lo a um futuro glorioso, não de feição material ou territorial, mas um futuro esplendoroso e imponente relativo ao espírito e à cultura. Trata-se, nas palavras de Serrão, de uma “regeneração de teor cultural, condição indispensável ao reafeiçoamento da pátria [...]” (Serrão, 1979, p. 35).

Levando em consideração o que foi exposto acima e o valor dessa obra para a compreensão do modernismo português, bem como a relevância de revisitar-se o passado para entender o princípio do século XX em Portugal, propomo-nos a elaborar um estudo sobre essa obra.

1.2 Objetivos

A presente pesquisa se inscreve na abordagem do contexto do modernismo português e possui, como objetivo central, revelar e examinar o posicionamento ativo do cavaleiro medieval na exemplificação do espírito de consciência criadora nacional, que perpassa a obra *Mensagem*. Uma vez que há neste percurso elementos que articulam numerosas características inerentes ao cavaleiro, será sob esta perspectiva que a pesquisa se norteará. Com isso, o propósito é identificar itens chaves, os quais nos permitirão perceber e compreender a concepção poética desenvolvida por Fernando Pessoa em relação a essa temática, na obra em questão.

Nesse sentido, a pesquisa se desenvolverá a partir dos seguintes tópicos:

- Dialogar com a crítica estabelecida acerca da representação do cavaleiro medieval, apresentando outro viés para a compreensão e para a reflexão

deste elemento nesta obra poética. Como Fernando Pessoa revisita o contexto de representação do cavaleiro para elaborar *Mensagem*? Como se percebe a releitura do autor diante desse contexto de representação? O que ele poderia pretender com isso?

- Evidenciar a imagem do cavaleiro medieval como um elemento fundamental para o espírito de nacionalidade que reverbera em *Mensagem*. Afinal, o cavaleiro é um exemplo a ser seguido pela posteridade? Ele incorpora os ideais de se doar pela pátria? Em que medida o cavaleiro incorpora um exemplo de conduta?
- Averiguar em que medida a representação do cavaleiro medieval é imprescindível para se pensar em um ideal comum de pátria.
- Destacar como a imagem do cavaleiro medieval poderia servir de alicerce na materialização do espírito de consciência criadora nacional.
- Promover inquietações e reflexões futuras sobre esse livro, sobre esse autor, e sobre esse tema, uma vez que a multiplicidade de correntes de pensamento é o fator que esclarece a riqueza de qualquer obra, acarretando, por consequência, no conhecimento. Como o autor em questão corrobora essa constatação, não podemos deixá-la à margem de nossa pesquisa.

Redigidas as considerações iniciais do nosso percurso, isto é: a apresentação da pesquisa, a motivação, a justificativa e os objetivos, vejamos qual será a metodologia empregada.

1.3 Metodologia

A pesquisa se norteará na direção de um trabalho analítico específico acerca do posicionamento ativo do cavaleiro medieval, bem como os possíveis desdobramentos desse posicionamento para o espírito de consciência criadora nacional que reverbera em *Mensagem*, contextualizando-os com o momento de produção e elaboração da obra poética.

Para esse fim, o procedimento adotado será a análise de textos pré-selecionados, os quais contribuirão para um melhor entendimento da historiografia da época. Além disso, buscaremos articular e relacionar os textos teóricos com os objetivos pretendidos neste trabalho. Desse modo, a primeira

etapa de nossa pesquisa se dará pela leitura e pela análise do material bibliográfico selecionado, servindo-se de um viés crítico e não subserviente em relação a esse arcabouço teórico.

Após a primeira etapa ser concluída, partiremos ao aprofundamento da obra *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Este aprofundamento se dará por meio de uma contextualização acerca do momento histórico que circunda a obra e o autor, verificando qual foi o contexto de produção, o contexto de recepção, os possíveis intuítos do escritor em relação a este livro, verificando o que pode estar por trás do título dessa produção literária, bem como do que pode estar por trás da estrutura, da organização, da divisão, da obra. Posteriormente, será feita uma pequena análise acerca de alguns poemas, os quais, na nossa visão, são emblemáticos, representativos, para o presente trabalho.

Em um terceiro momento, identificaremos, nesses poemas, características inerentes ao cavaleiro medieval, as quais destacarão o posicionamento ativo deste diante do mundo. Para tal feito, os seguintes elementos serão destacados:

- Linguagem utilizada, bem como as características e expressões, que aparecem em primeiro plano ao longo dos poemas.
- As notas de rodapé que compõem a obra.
- O elo entre a entidade divina e as personagens.

Descrita a sistemática, passaremos agora para a divisão em capítulos de nossa pesquisa. Para darmos conta dos itens expostos na sistemática, organizaremos, a partir de agora, a pesquisa em três partes, as quais serão detalhadas abaixo.

a) Primeira parte: será constituída pelo capítulo II. Neste capítulo, cujo título é “A Apatia presente em Portugal no Início do século XX”, introduziremos o leitor no contexto que circunda o poeta e no contexto de produção e de recepção da obra, levando em consideração os aspectos que consideramos importantes para a análise em questão. Neste capítulo, verificaremos o estado de marasmo, de melancolia, que contagiava Portugal no princípio do século XX, bem como a possível intenção do poeta ao fazer a sua *Magnum opus*, diante dessa conjuntura nacional.

b) Segunda parte: entrada na obra propriamente dita. É composta por três capítulos e será o núcleo deste trabalho. O capítulo III intitula-se “Perscrutando a Mensagem” e se distingue por apresentar os possíveis significados acerca do título, bem como os possíveis significados em relação à estrutura, em relação à divisão, em relação às partes que compõem a obra em questão. Além disso, será feita uma breve análise acerca do caráter esotérico-ocultista e simbólico que perpassa a obra, o qual permite múltiplas interpretações e compreensões. No capítulo IV, mais especificamente, nas duas primeiras subdivisões, mostraremos a imagem consolidada do cavaleiro medieval, tanto no plano literário quanto no plano histórico. Na terceira subdivisão, por meio de um viés subversivo, faremos análises acerca dos poemas que serão representativos para o nosso escopo, tendo em vista a representação do cavaleiro medieval em *Mensagem*, destacando suas respectivas características para evidenciar o posicionamento ativo deste diante do mundo, bem como para colocar, em primeiro plano, um espírito de nacionalidade, um pensamento coletivo, no que diz respeito à pátria. Passado o capítulo IV, analisaremos como a figura do cavaleiro medieval poderia contribuir para a consolidação do espírito de consciência criadora nacional, a qual é pautada na expectativa de surgimento de portugueses intelectualmente ativos (Capítulo V).

c) A terceira parte consiste na conclusão, capítulo VI, cujo título é “Conclusão com “c” minúsculo”. A opção por esse título, um tanto quanto inusitado, justifica-se, pois, na nossa percepção, é impossível esgotar a temática escolhida. É inadmissível e, além do mais, não é o nosso intuito, uma vez que aquilo que almejamos é abrir a seara para pesquisas futuras, sem qualquer tipo de conhecimento dogmático que se possa impor. Nenhum cânone, assim como nenhum aspecto deste, pode ser simplesmente exaurido, de acordo com uma corrente de pensamento, percepção. Sendo assim, múltiplas percepções, análises e interpretações devem prevalecer para demonstrar a riqueza de uma determinada obra. Para sermos menos abstratos: a nossa pesquisa é o início de novas pesquisas que serão realizadas sobre essa mesma temática.

Consolidada esta introdução, chega-se ao aprofundamento do trabalho. À vista disso, para nos auxiliar em nossas análises, de modo que elas tenham consistência, utilizaremos, inicialmente, como fundamentação teórica, as percepções de Almada Negreiros.

2. A APATIA PRESENTE EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1 O PESSIMISMO DE ALMADA NEGREIROS

Em meados de novembro de 1926, o intelectual português Almada Negreiros (1997), de um modo categórico e enfático, assinalava, por meio de seu texto *Modernismo*, o marasmo, a melancolia, que circundava a nação portuguesa. Relembrando o pensamento do escritor, o qual foi destacado na introdução desta pesquisa, percebe-se que o estado de espírito lúgubre era oriundo do fato de o país não estar à *La Page*. À vista disso, neste exato momento, cabe trazer para a superfície do texto uma citação de Negreiros, a qual condiz com o atraso vivenciado por Portugal, no que diz respeito à falta de dedicação dos portugueses pela pátria:

D. Sebastião não disse tal: Esperem por mim que eu hei de voltar um dia. O que El-Rei nos disse a todos nós e para que nós o ouvíssemos de uma só vez para sempre foi: Rapazes! Façam como eu! Eu sou o Rei, eu dou o exemplo: dou a vida pela nossa Pátria. (NEGREIROS, 1997, p. 736).

Diante dessa citação, intui-se que Portugal, no início do século XX, não seguia as “virtudes que assombraram e acordaram o mundo inteiro” (NEGREIROS, 1997, p. 736). Em outras palavras, Portugal não seguia a coragem de seus heróis, a argúcia, a bravura e a ousadia oriundas de seu passado glorioso, que teve como ápice o período das Grandes Navegações ocorridas nos séculos XV e XVI. Na perspectiva de Negreiros (1997), a nação lusitana esqueceu a política ocidental iniciada pelos seus avós, não compreendeu o alcance desse feito histórico e não conseguiu retirar um ensinamento dessa expansão européia. O que era para ser visto como um exemplo, um motivo de orgulho, como algo que unisse o povo em prol de uma imagem nacional, de um ideal de pátria, era visto como algo indiferente, sem valor e sem importância. Isto posto, precisamos dizer-lhe, caro leitor, que nas próximas páginas de nossa pesquisa, analisaremos, por meio de breves

pinceladas, o real motivo para essa triste constatação de Almada Negreiros. Por isso, não se preocupe. Porém, o que convém, neste instante, é mencionar que Negreiros estava se referindo ao passado, o qual, aparentemente, não servia para o presente e para o futuro. Ao passado simplesmente findável e encaixotado nas distantes lembranças do povo português.

Em vez de segurarmos o admirável exemplo dos nossos antepassados que inventaram os dias do século XV, que foram eles próprios os criadores da própria época em que viveram, que foram os primeiros inovadores de toda a acção do Ocidente, [...] nós, os Portugueses, os seus legítimos herdeiros, acabamos afinal por sermos o primeiro povo da Europa a esquecer a política ocidental magistralmente iniciada pelos nossos avós. (NEGREIROS, 1997, p. 736).

O descontentamento, o aborrecimento, que contagiava Almada Negreiros, nos leva a crer que Portugal, no início do século XX, era um país fragmentado, desunido, sem possuir uma ideia coletiva de nação, uma ideia coletiva de pátria, um espírito de consciência criadora nacional, fatores que faziam de Portugal uma nação sem autonomia e sem envergadura na Europa política. Mas, afinal, qual poderia ter sido a verdadeira causa dessa insatisfação de Almada Negreiros? Neste exato momento, com o objetivo de enriquecer as nossas reflexões, vale a pena inserir e situar, em linhas gerais, a conjuntura política vivenciada pela nação lusitana, bem como a problemática que envolve o termo “nacionalismo”, fato com o qual nos deparamos brevemente no capítulo I e que será analisado, a partir de agora, com mais precisão e detalhe.

2.2 1926-1933 Um período atípico para a história de Portugal

Instabilidade, insegurança e censura. Estas são as três características que, a nosso ver, marcaram o ano de 1926 em Portugal. Para alguns ocorreu uma revolução nacional, para outros um golpe de estado. “[...] Por 1926, ano que teve lugar o golpe militar do 28 de maio, que derrubou a Primeira República e instaurou em Portugal uma ditadura que iria durar quase meio século[...]”(SEABRA,1996, p. 207). A situação é que em maio desse ano eclodiu um pronunciamento militar, o qual se considerava insatisfeito com a fragilidade e a degradação das instituições da Primeira República Portuguesa, instituída em 1910. O pronunciamento em questão, se auto-intitulava

nacionalista e antiparlamentar. Contudo, este nacionalismo estava muito distante daquele cobiçado por Almada Negreiros e por Fernando Pessoa, fato que, de agora em diante, será percebido pelo leitor.

O general Gomes da Costa (1863-1929), um dos líderes do motim de 1926, contou com o apoio de operários e de civis e organizou uma marcha sobre a cidade de Lisboa. Esta marcha, devido a sua ordenação e mobilização, em muito lembrava a marcha sobre Roma, movimento que em outubro de 1922, institucionalizou o fascismo na Itália. Coincidência ou não, em Portugal foi implantada uma Ditadura Militar, uma tirania apoiada por alguns setores da sociedade e pela maioria dos portugueses e que possuía, como integrantes, uma mistura de jovens oficiais, republicanos conservadores, monárquicos e nacionalistas revolucionários.

[...] no momento que então se vivia, com o país dividido ao meio entre monárquicos e republicanos, [...] a ditadura impunha-se para assegurar ocasionalmente a ordem, com funções meramente policiais, jamais legislativas. (LOPES, RITA T. 1990 apud SEABRA, 1996, p. 349).

Gomes da Costa, em uma de suas primeiras medidas, suspendeu as liberdades políticas e individuais e dissolveu o parlamento, instituição acusada de ser a principal responsável pela instabilidade política que assolava a nação lusitana. Entretanto, a tirania não conseguiu solucionar a instabilidade porque não possuía projeto político algum e muito menos um projeto para resolver os problemas econômicos. Sendo assim, o caos, o abandono, a insegurança e o pessimismo crescente sobre a vida nacional se sobressaiam nesse contexto bastante conturbado e sem perspectiva.

Com o intuito de solucionar a situação econômico-financeira, o novo regime, em 1928, convidou o professor de economia política, de ciências das finanças e de economia social, António de Oliveira Salazar, da Universidade de Coimbra, para ocupar o cargo de Ministro das Finanças. Salazar, anunciando o milagre financeiro, garantiu o equilíbrio das finanças públicas e alcançou um gradativo domínio sobre a estrutura política e militar do recente governo. Em seguida, em 1932, foi nomeado primeiro-ministro. Após a aprovação da Constituição de 1933, a ditadura militar, implantada em 1926, foi transformada em Estado Novo, regime que prevaleceu até a Revolução dos Cravos em 1974. O Estado Novo, inspirado nos ditames do Fascismo e do Nazismo, também

possuía como característica o autoritarismo, a repressão, o nacionalismo exacerbado e o corporativismo. A partir desse momento, instalava-se uma das mais duradouras ditaduras da Europa, centralizada em estabelecer uma censura cada vez mais rígida em relação aos meios de comunicação e aos escritores, fato que não era bem visto por Fernando Pessoa.

Quanto à posição patriótica, Pessoa dizia-se partidário de um nacionalismo místico, mas de horizonte universalista: Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação. - tal era o lema que propugnava. Nele se reconhece uma contraposição ao slogan do Estado Novo nacionalista: Tudo pela Nação; nada contra a Nação. (SEABRA, 1996, p. 214).

Desde o discurso que o Salazar fez em 21 de Fevereiro deste ano, na distribuição de prêmios no Secretariado da Propaganda Nacional, ficamos sabendo, todos nós que escrevemos, que estava substituída a regra restritiva da censura, “não se pode dizer isto ou aquilo”, pela regra soviética do Poder, “tem de se dizer isto ou aquilo”.² (SEABRA, 1996, p. 214).

Depois da breve contextualização acerca da conjuntura política vivenciada por Portugal no princípio do século XX, torna-se mais fácil entender as percepções de Almada Negreiros. Parece-nos que o intelectual português já compreendia que o nacionalismo do movimento de 1926 não era o verdadeiro nacionalismo que deveria retratar o povo lusitano. O verdadeiro amor pela pátria, em hipótese alguma, poderia ser demonstrado através da tirania, através da repressão, através da insegurança, da instabilidade político-econômica e da censura. Percebe-se, a nosso ver, que havia uma distância entre o ideal de nação defendido por Negreiros e o ideal de nação defendido pelos líderes do movimento de 1926 e, posteriormente, pelas autoridades do Estado Novo. Percebe-se que o pólo artístico e o pólo político não chegavam a um consenso no que diz respeito à imagem nacional, à imagem coletiva sobre a nação, ao desejo unânime sobre a pátria. O primeiro pólo compreendia a pátria de uma maneira sublime e celestial, já o segundo a compreendia de uma maneira terrena e repugnante.

Nesta nossa querida terra onde ninguém a ninguém admira e todos a determinados idolatram.
Foi substituído Portugal pelo nacionalismo
que é a maneira de acabar com partidos
e de ficar talvez o partido de Portugal

² Trecho da carta escrita por Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro. Texto datado de 30 de outubro de 1935, in *A Poesia de Fernando Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

mas não ainda talvez Portugal!³ (NEGREIROS, 1997, p.70).

Concluído e iluminado o momento crítico e apático vivido por Portugal, cabe agora adentrarmos no posicionamento de Fernando Pessoa a respeito dessa conjuntura. Entrevimos, por meio das citações supracitadas, que Pessoa não era a favor da censura. Entretanto, é preciso elucidar, com mais detalhes, a provável intenção do poeta ao fazer a sua obra-prima em meio a esse cenário turbulento e conturbado.

2.3 O entre - lugar de Mensagem

A obra *Mensagem*, nas palavras do escritor português Onésimo Teotónio Almeida (1990), foi, desde o momento da publicação, em 1934, interpretada pelos críticos como uma obra nacionalista, sofrendo uma catalogação política, uma vez que ela foi lida e relida a partir de um viés ideológico o qual se coadunava com os ideais ditatoriais do Estado Novo. Entretanto, depois da instauração da democracia, em 1974, começaram a surgir publicações inéditas de Fernando Pessoa, as quais não se associavam com a ideologia política de Salazar.

De então para cá, com a possibilidade de se debater abertamente a questão, e com base agora em novos elementos que aos poucos foram surgindo, torna-se claro que havia da parte de Fernando Pessoa um considerável distanciamento em relação ao regime salazarista. (ALMEIDA, ONÉSIMO T. 1990 apud SEABRA, 1996, p. 331).

Deste modo, observa-se um afastamento de Pessoa em relação ao poder político e o caráter nacionalista da obra, poderia, perfeitamente, se diferenciar daquele a que originalmente estava atrelado. O nosso poeta, de acordo com Almeida, se preocupava com o estado de decadência em que Portugal se encontrava, se preocupava com as atitudes pessimistas e derrotistas que assolavam e afundavam o país no princípio do século XX. Por isso, na percepção de Almeida, Fernando Pessoa, ao arquitetar *Mensagem*, se sentia na obrigação de ressurgir a nação lusitana, de fazê-la renascer, de ressuscitá-la, de tirá-la da decadência, da apatia e da melancolia.

³ Trecho do poema escrito por Almada Negreiros a Fernando Pessoa, intitulado "Ode a Fernando Pessoa", in *Almada Negreiros: Obra completa: volume único*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

Convencido de que a atitude pessimista e derrotista que predominava Portugal nunca levaria à construção de nada, propôs-se elaborar um plano que, posto em prática, colocaria Portugal numa atitude dinâmica, positiva e de criação. (ALMEIDA, ONÉSIMO T. 1990 apud SEABRA, 1996, p. 332).

O plano de elaborar essa *Magnum opus* da literatura portuguesa e universal teve como finalidade a retirada do país do estado de “niilismo retrógrado, improdutivo e podre” (ALMEIDA, ONÉSIMO T. apud SEABRA, 1996, p. 334). Isto posto, não se tratava apenas de um fato literário, mas a produção de *Mensagem* “constituiu igualmente um fato patriótico de transcendente importância” (SEABRA, 1996, p. 32). Pessoa, ao invés de possuir uma simples intencionalidade literária, almejava uma remodelação do subconsciente nacional, uma remodelação que não se associava ao nacionalismo ideológico e político do Estado Novo. Conforme afirma Teresa Rita Lopes (1990), *Mensagem* é um gesto cívico a recusar o “Portugal a entristecer” de Salazar.

Diante dessas enormes expectativas e intenções, compreende-se que Fernando Pessoa, no momento de produção da obra, compartilha com os pressupostos de Almada Negreiros, evidenciados no início desse capítulo. O nosso poeta, por meio de sua poesia patriótica, tentará se comportar como um agente da transformação necessária, empregando nesse livro uma autoimagem coletiva, um espírito de consciência criadora nacional, evidenciando, a partir dos heróis emblemáticos de Portugal, um pensamento coletivo acerca da nação, com objetivo de salvar a pátria lusitana do nacionalismo improdutivo, da falta de sentido nacional, da desordem, do declínio e da passividade. Trata-se de uma promissora e potente esperança.

Brevemente, em linhas gerais, tentamos delinear, analisar e trazer para a superfície do texto alguns pontos acerca da conjuntura política vivenciada por Portugal no início do século XX, bem como a possível intenção do poeta ao arquitetar *Mensagem*. Nosso próximo passo será adentrarmos na obra propriamente dita.

3. PERSCRUTANDO A MENSAGEM

3.1 UM OLHAR ATENTO SOBRE O TÍTULO DA OBRA

Ao tatear a única obra, em língua portuguesa, publicada em vida por Fernando Pessoa, deparamo-nos com o título que, por si só, nos deixa intrigado e inquieto. Neste exato momento, o leitor deverá estar se perguntando: como assim? É uma simples palavra, uma palavra corriqueira, certo? Engana-se quem pensa dessa maneira, uma vez que essa simples palavra não é tão simples assim. Trata-se de um termo altamente enigmático e obscuro, o qual suscita diversos significados e diversas possibilidades de leitura. Esclareceremos.

Pessoa, a nosso ver, explorou ao máximo as possibilidades semânticas oriundas desse vocábulo, acarretando uma imprecisão quanto ao que este termo possa representar ou significar efetivamente. Conforme as percepções de Quadros (1986), em seu artigo *O Título da Mensagem*, a palavra que remete ao título da obra pode ser associada à expressão latina *Mens agitat molem*, encontrada na *Eneida*, de Virgílio. Analisando a expressão, percebe-se que juntando as seis primeiras letras com as duas últimas forma-se a palavra “Mensagem”. Contudo, não é apenas a associação de letras que nos deixa fascinados, mas o que essa expressão latina significa. Segundo Quadros, a tradução de *Mens agitat molem* é: “A mente agita a massa”. A “massa” seria a multidão, o aglomerado de pessoas, isto é: o povo, para sermos mais precisos e menos abstratos. Dado o que foi explanado nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, compreende-se que, em um primeiro momento, este povo é o povo português, mas, como afirma Quadros, o sentido pode expandir-se para toda a raça humana. Portanto, ouçamos a voz do filósofo português que nos reporta às suas respectivas ponderações:

Agitar, fazer mover as massas ou o povo pela mente ou pelo intelecto através do fazer da poesia ou da poiesis, eis o significado dinamista de *Mensagem*. Trata-se do povo português, por certo, da sociedade portuguesa na hora do nevoeiro, mas o sentido pode alargar-se até a humanidade inteira. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 231).

A citação acima é, de acordo com as nossas perspectivas, emblemática não só porque ilustra os possíveis significados para o termo

“massa”, mas pelo fato de ela se correlacionar diretamente com o que consideramos serem os objetivos de Fernando Pessoa, na elaboração de *Mensagem*, os quais foram explicitados no capítulo 2 deste trabalho. Isto posto, destacando-se a primeira parte da observação feita por Quadros: “Agitar, fazer mover as massas ou o povo pela mente ou pelo intelecto através do fazer da poesia ou da *poiesis*, eis o significado dinamista de *Mensagem*.”, intui-se que o livro possui como característica balançar, sacudir e estremecer os prováveis e possíveis leitores para alcançar determinado objetivo. De acordo com o nosso entendimento, o objetivo em questão, o qual imaginamos que já deva ter ficado claro a esta altura do trabalho, é retirar a nação lusitana da depressão, da letargia, do nevoeiro e conduzi-la a um futuro glorioso cultural e espiritual, por meio da exaltação de heróis simbólicos e importantes da história portuguesa, acarretando, conseqüentemente, uma remodelação do subconsciente nacional, uma autoimagem coletiva e um pensamento coletivo sobre a nação.

À medida que nos deparamos com os heróis simbólicos, com as figuras excepcionais, com os mitos de Portugal, vem à tona outro significado plausível para o título da obra e, para evidenciarmos com riqueza e precisão de detalhes esse possível sentido, recuperaremos novamente as percepções de Quadros (1986), uma vez que, para o filósofo português, Pessoa, em seu espólio, escreveu a palavra latina *Mensa Gemmarum*, a qual poderia ser traduzida por “mesa das gemas, a mesa que ostenta as gemas, as pedras preciosas da nação portuguesa”. (QUADROS A. apud SEABRA, 1996, p. 232). Nas palavras de Quadros, as pedras preciosas são as personagens ilustres que fazem parte da história de Portugal e que foram imortalizadas por Pessoa nesta obra poética. Personagens estas que se sobressaíram em função de seus feitos, em função de suas conquistas, em função de suas lutas, as quais foram épicas em algumas situações, trágicas em outras, mas que retrataram um amor e uma entrega pela pátria lusitana, fato que será evidenciado nos próximos capítulos, visto que o sentido de *Mensa Gemmarum*, proposto por Quadros, se coaduna, na nossa perspectiva, com o escopo deste trabalho. Diante dessa circunstância, consideramos que a palavra que remete ao título da obra poderia significar:

[...] o altar da pátria, o altar português ao Divino, pelo qual foram sacrificados ou se sacrificaram em honra e em desgraça, os melhores

portugueses, os mais paradigmáticos, os mais preciosos, esses que ora vos apresento como exemplos incitantes ad aeternum. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 232).

As combinações destacadas neste capítulo, referentes à palavra “Mensagem”, demonstram o quão enigmático é o título do livro, pois a palavra em questão apresenta uma riqueza semântica complexa. Em virtude disso, é inadmissível fazer afirmações categóricas, contundentes, acerca do que significa este termo. O que temos são hipóteses, sugestões, possibilidades, mas nenhuma afirmação, nenhum significado concreto ou preciso.

Com a finalidade de correlacionar da melhor maneira possível o arcabouço teórico com o escopo deste trabalho, optamos por escolher apenas duas das cinco combinações evidenciadas por António Quadros (1986), em seu artigo *O Título da Mensagem*. Entretanto, para o leitor curioso, sugerimos a leitura na íntegra desse texto. Desta maneira, dependendo da perspectiva que será adotada pelo leitor/pesquisador, futuras reflexões acerca do título da obra de Pessoa poderão ser realizadas, evidenciando a riqueza desta *Magnum opus*.

Evidenciados os possíveis significados acerca do título da obra prima de Fernando Pessoa, precisa-se, neste exato momento, abordar, por meio de breves pinceladas, o caráter esotérico-ocultista e simbólico que perpassa o livro em si. Quanto a esta temática, destaca-se que o nosso viés é apenas situar o leitor. Portanto, as exposições dessas características limitam-se a um panorama geral. Do mesmo modo, não é o nosso escopo, neste trabalho, detalhar com precisão a(s) simbologia(s) inerente(s) às partes da obra. No que concerne a essa última subdivisão, será feita uma análise breve e objetiva, servindo-se de uma tendência introdutória.

3.2 O caráter esotérico-ocultista e simbólico de Mensagem

Conforme percebemos no primeiro item do capítulo 3, a palavra “Mensagem” suscita diversas interpretações e compreensões. Porém, essa multiplicidade de significado não está atrelada somente ao título da obra. Atrela-se também ao seu conteúdo. Portanto, para o futuro leitor desse clássico da literatura portuguesa, ressalta-se que o livro é composto por poemas de

índole esotérica. Seguindo essa linha de raciocínio, convém explicar brevemente a corrente filosófica denominada esoterismo.

A palavra “Esoterismo” remete ao termo grego *esôterikos* que, por sua vez, pode ser compreendido como “espiar por dentro e guardar no interior”. Logo, percebe-se que, de acordo com esse ramo da filosofia, determinados princípios e conhecimentos não são tangíveis, não são de fácil deslinde. Destaca-se que os verdadeiros conhecimentos são ocultos e não podem ou não devem ser vulgarizados, mas comunicados, revelados, a um número restrito de iniciados, escolhidos. Por esse motivo, prioriza-se a rejeição da linguagem comunicativa como expressão da verdade e pretende-se demonstrar que a sabedoria se esconde nas camadas não semânticas da linguagem. Ser esotérico é, portanto, captar o lado oculto do que se encontra ao seu redor, desde a religião até a poesia, a arte, por exemplo. É ser submetido a um processo de iniciação e aprofundamento que envolve, em alguma medida, o sobrenatural para obter a revelação daquilo que está encoberto. É buscar o conhecimento que escapa do comezinho, que escapa dos “reles mortais”, que está interno e que não se conhece.

À vista disso, cabe trazer mais uma vez para a superfície do texto as percepções de António Quadros (1986), porque, para nós, este intelectual retrata com palavras precisas e contundentes o caráter esotérico de *Mensagem*, um livro altamente complexo e profundo.

O livro *Mensagem* pode ser captado em diversos planos de entendimento, e é por isso que em si próprio constitui uma iniciação. Há um segredo dentro de um segredo, dentro de um segredo... De certo modo, sendo uma obra aparentemente clara, é no entanto um livro hermético. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 229).

Em tal sentido, porém, mensagem não é só um transmitir esse algo a outrem, seja o que for, seja a quem for, é um transmitir um recado de boca a ouvido, recado que é recato e que é segredo e que só será desvendado, mas com fins operativos, como um repto ou uma carta de prego, a quem estiver em condições de entendê-lo por meias palavras, pois mensagem, exigindo recato, não se confunde com a divulgação generalizada de comunicação social. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 229).

Conforme podemos compreender, o livro, de acordo com o intelectual, transmite um recado oculto a alguém, mas esse alguém não são todos os leitores. A obra transmite, por meio da cautela, da prudência, do resguardo “um segredo dentro de um segredo”, para as pessoas iniciadas, para as poucas

pessoas aptas ao acesso a esse determinado conhecimento, saber, que se consolida por ser exclusivamente obscuro e velado. Todo o conhecimento, na perspectiva esotérico-ocultista, é encoberto e secreto, bem como o caráter da linguagem que perpassa a obra do início ao fim. De acordo com a nossa interpretação diante da obra, a linguagem de *Mensagem* é hermética, a qual é permeada por símbolos da história de Portugal. Os símbolos, a nosso ver, devem ser sentidos para que na seqüência ocorra a assimilação, a compreensão por parte do leitor. Diante dessa perspectiva, pode-se dizer que a aquisição de um determinado conhecimento não ocorre apenas de forma intelectual, mas também de forma emocional. O sentimento, para a interpretação dos símbolos e, conseqüentemente, para a compreensão da obra, é imprescindível.

Por falarmos em símbolos, é de extrema relevância discorrermos, mesmo que seja brevemente, sobre a nota preliminar⁴ de Fernando Pessoa no que diz respeito à leitura de *Mensagem*. Nesta nota, o nosso poeta divaga sobre as cinco qualidades essenciais para entender a(s) simbologia(s) inerente(s) ao livro. São elas: a simpatia, a intuição, a inteligência, a compreensão e a força divina. A seguir, explicaremos, de forma sucinta, o que cada quesito significa.

Segundo o poeta, a simpatia é a mais simples das qualidades e caracteriza-se pelo apreço, pela estima, pelo apego, aos símbolos que o estudioso/leitor se propõe a interpretar. Por esse motivo, para Pessoa, é preciso marginalizar a desconfiança em relação à obra, marginalizar a ironia diante do texto, e se entregar de peito aberto, sem receio e cautela, aos 44 poemas que constituem o livro.

No que concerne à intuição, é possível concluir que se trata da sensação que vai além do símbolo propriamente dito. Trata-se de um instinto proveniente do contato que o leitor tem com a simbologia da obra. Esse contato ultrapassa o que está escrito, servindo-se de relações e analogias que transcendem *Mensagem*. Podemos citar, como exemplos, as figuras de Nuno Álvares Pereira (1360-1431) e de Viriato (180 a.C- 139 a.C). Se o leitor for um

⁴ Publicada pela primeira vez in *Obra poética: volume único*/ Fernando Pessoa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2007.

pouco familiarizado com a história de Portugal, certamente, antes de ler os poemas que o autor escreveu a esses ícones lusitanos, estabelecerá relações acerca das características de cada um, bem como do respectivo período histórico que circunda esses dois heróis. Em relação à inteligência, de acordo com o entendimento do poeta, é a qualidade que se distingue por analisar, decompor e reconstruir os símbolos da obra.

Findo esse último item, convém comentar acerca da compreensão, a qual é entendida por Fernando Pessoa como o conhecimento de outras áreas, de outras matérias. Refere-se à relação que possa existir entre os símbolos do livro e os símbolos de outros conhecimentos, acarretando uma interpretação mais plural e significativa acerca de *Mensagem*. Por fim, vale ressaltar que a força divina é, nas palavras de Pessoa, “[...] a graça, a mão do Superior Incógnito, o Conhecimento e Conversação do Santo Anjo da Guarda [...]” (PESSOA F. apud GALHOZ, 2007, p. 69).

Observa-se, nessa nota introdutória, que as fronteiras entre algumas qualidades são tênues, de difícil precisão, fato que evidencia o caráter intrigante e excitante do livro. Uma vez exposto o caráter esotérico-ocultista, bem como as qualidades essenciais para compreender-se a simbologia que perpassa a obra, emerge do texto uma pergunta relevante: qual é a simbologia que visivelmente aparece em *Mensagem*? Para respondermos a essa pergunta, é de fundamental importância adentrarmos nas partes que compõem a obra.

3.3 A estrutura de Mensagem

Ao ler esse conjunto de 44 poemas, o leitor se depara, em um primeiro momento, com o sumário. Este evidencia as três partes altamente simbólicas que constituem a obra, as quais são: “Brasão”, “Mar Português” e “O Encoberto”. Em conformidade com as notas de rodapé pertencentes ao livro *Mensagem* da editora Abril (2010), verifica-se que a primeira parte, Brasão, é dedicada ao glorioso passado de Portugal, aos heróis lusitanos e às figuras de alto relevo para a construção da nacionalidade portuguesa. Ressalta-se que este segmento da obra se caracteriza por apresentar uma estrutura

diretamente ligada ao Brasão de Armas de Portugal, fixado a partir do século XV. Logo, as cinco partes do Brasão, ou seja, os campos, os castelos, as quinas, a coroa e o timbre incorporam as subdivisões da primeira parte do livro. Pessoa, com o seu fazer poético, resolveu homenageá-las. Sendo assim, convém ressaltar que a primeira subdivisão distingue-se por ser a dos campos, mais precisamente, a do campo dos castelos e a do campo das quinas. A cada um dos campos, é dedicado um poema: “O dos castelos” e “O das quinas”. A segunda subdivisão, os castelos, possui oito poemas dedicados a monarcas e a heróis fundadores de Portugal. Embora sejam sete castelos concernentes ao Brasão, ao sétimo; são consagrados dois poemas. A terceira subdivisão, as quinas, se caracteriza por possuir cinco poemas, os quais também são dedicados a figuras emblemáticas da história de Portugal. Levando em consideração os pressupostos de José Édil De Lima Alves (1986), a terceira subdivisão não só realça as figuras paradigmáticas, como também recorda o espírito de grandeza destas à procura de um ideal comum. Além disso:

[...] pelo que a própria imagem sugere, será utilizada pelo poeta para recordar os sacrifícios exigidos a quem se propõe qualquer tipo de realizações, mas, principalmente, a quem mergulha no mundo das construções em sonhos. (ALVES DE LIMA, E.J 1986 apud SEABRA, 1996, p. 253).

A quarta subdivisão, a coroa, possui apenas um poema, cujo título faz referência ao grande chefe militar e vencedor da batalha de Aljubarrota (1385), no reinado de D. João I. Refere-se, portanto, ao condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431). A quinta e última subdivisão, o timbre, alude a um animal mitológico denominado “Grifo”, uma criatura lendária, com cabeça e asas de águia e corpo de leão. Essa subdivisão apresenta três partes: a cabeça, uma asa e outra asa, cada qual dedicada a uma figura importante da expansão marítima portuguesa. De acordo com Quadros (1986), o grifo incorpora uma dupla natureza, a celeste, a divina, oriunda das asas e da cabeça de águia, e a terrestre, oriunda do corpo de leão, ocasionando uma simbiose na constituição da história mítica de Portugal. Para o filósofo português, a cabeça do grifo retrata a sabedoria, o sonho inspirado do alto e nada mais justo, na visão dele, o fato de Fernando Pessoa ter dedicado essa parte ao infante D. Henrique, uma vez que:

O Infante não foi um conquistador, foi o iniciador, o sonhador, o descobridor da idéia de descoberta, a cabeça da Ordem de Cristo e da epopéia, o destinatário de uma mensagem providencial e o seu missionário arquétipo. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 235).

As asas do grifo que, na percepção de Quadros, ilustram os órgãos físicos, são os ícones que transportaram o sonho do plano celeste, divino, ao plano terrestre, isto é: deram palpabilidade a esse ideal, a esse projeto de expansão, tornando-o plausível de ser levado a cabo. Diante disso, as duas asas foram consagradas respectivamente a D. João II e a Afonso de Albuquerque, figuras “paradigmáticas da força e da potência” (QUADROS A. apud SEABRA, 1996, p. 235).

A segunda parte, denominada “Mar português”, é composta por doze poemas, a maioria dedicada a heróis que, de acordo com a nossa perspectiva, foram alguns dos responsáveis pela expansão portuguesa no período das grandes navegações, obtendo, por conseqüência, êxito. Dentre essas figuras, podemos citar os navegadores Vasco da Gama (1469-1524) e Bartolomeu Dias (c.1450-1500). De acordo com o intelectual José Édil De Lima Alves (1986), “Mar Português” ilustra:

[...] o glorioso período da Pátria, a partir do momento em que começou a cumprir a sua realização marítima, superando o obstáculo até então inibidor da ação mais arrojada do homem europeu: o domínio do mundo, pela sujeição do mar. (ALVES DE LIMA, E.J. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 251).

Entretanto, conforme as percepções de Quadros, o que é descrito, por meio da poesia, nessa parte, não é apenas o louvor em relação a grandes feitos, mas também “[...] a perdição na noite e na tormenta, e enfim a prece a Deus, para o ressurgimento ou para a reconquista da distância.” (QUADROS A. apud SEABRA, 1996, p. 236).

A terceira e última parte de Mensagem, “O Encoberto”, contém quinze poemas, subdivididos em três partes: os símbolos, os avisos e os tempos. Na primeira parte, revelam-se os cinco grandes mitos portugueses que são: o de D. Sebastião, o do Quinto Império, o do Desejado, o das Ilhas Afortunadas e o do Encoberto. Para situar o leitor acerca da estrutura simbólica de *Mensagem*, considera-se que os símbolos “O Desejado” e “O Encoberto” aludem ao D. Sebastião. Explicaremos, em linhas gerais, a origem desses mitos.

D. Sebastião (1554-1578), décimo sexto Rei de Portugal, começou a reinar com apenas 14 anos de idade, quando teve proclamada a sua maioridade. Em 1578, com o intuito de conter a expansão islâmica e de obter uma experiência marítima, partiu para a guerra no Marrocos, comandando mais de 15 mil guerreiros. Entretanto, sua empresa não foi bem sucedida, pois o exército português acabou sendo derrotado e o Rei desapareceu em combate, com apenas 24 de anos de idade. A partir desse evento, surgiu o mito sebastianista, isto é: a crença de que o Rei não morreu e que ele voltará um dia para reconduzir Portugal a um caminho de glórias, de conquistas e de prosperidade. Por isso, ele acabou recebendo os cognomes “Encoberto” e “Desejado”. O primeiro termo, na perspectiva sebastianista, retrata o comandante que não morreu e que está, portanto, escondido. Para Quadros (1986), o Rei se esconde nas Ilhas Afortunadas, esperando o momento oportuno para regressar à pátria lusitana. O segundo termo também retrata esse desejo insaciável de regresso, não para servir a uma idolatria vazia e vulgar, mas para retirar Portugal do estado de passividade e de declínio que o circunda. De acordo com essa ótica, D. Sebastião é um guia, um emissário, um mestre, que redimirá seu povo e que se encontra a serviço do bem comum dos portugueses.

Em relação ao Quinto Império, sabe-se que tem origem em uma passagem do antigo testamento, no livro de Daniel, em um sonho de Nabucodonosor, Rei da Babilônia entre 604 a.C e 562 a.C. O Rei sonha com uma grande estátua, formada por partes de ouro, prata, bronze e ferro. Eis que uma pedra destrói a estátua e cobre toda a terra, transformando-se em uma enorme montanha. Muitos intelectuais se depararam com essa temática, mas, nesse exato momento, convém ater-se aos pensamentos de Padre Antônio Vieira e de Fernando Pessoa. Na interpretação de Antônio Vieira, por exemplo, os quatro materiais destruídos representam impérios decadentes, os quais são: os assírios, os persas, os gregos e os romanos. A pedra, na visão de Vieira, é o Quinto Império português, calcado na imortalidade. Por sua vez, Fernando Pessoa, crê que os impérios decadentes são o grego, o romano, o cristianismo e a Europa. Para o nosso poeta, o Quinto Império será o primeiro império verdadeiramente mundial, universal, porém, para que isso ocorra, Portugal

precisa possuir um espírito de grandeza na alma, um sonho, preocupando-se, conseqüentemente, em realizar um grande feito.

No que concerne à subdivisão denominada “Os Avisos”, constatam-se três poemas consagrados aos profetas Gonçalo Bandarra, Antônio Vieira e ao próprio Fernando Pessoa. Nesse segmento da obra, frisa-se o papel do nosso poeta ao manifestar os seus respectivos pontos de vista, as suas respectivas emoções, acerca do abandono em que se encontrava Portugal, nação que esperava uma redenção por parte de D. Sebastião. No que diz respeito à subdivisão “Os tempos”, destacam-se os cinco poemas inerentes a essa parte do livro, os quais retratam o nevoeiro político-social, bem como o abismo, a queda, a depressão e a decadência que contagiavam a nação lusitana. Com o viés de contornar esse estado crítico, percebe-se uma tentativa, por mais que esta seja acanhada, de busca por uma identidade que se perdeu no passado, percebe-se a busca pela alma de Portugal e, por conseguinte, pela alma dos portugueses.

Realizado esse preâmbulo acerca da terceira e última parte de *Mensagem*, compreende-se que se trata de um segmento calcado no profetismo e que culmina no messianismo, uma vez que a figura do Rei D. Sebastião nada mais é do que um arquétipo de Cristo, encarregado de ser o salvador, o redentor da nação portuguesa e de (re) conduzi-la a ser uma nação gloriosa e brilhante.

História e messianismo se unindo no processo redentorista, que é toda a *Mensagem*. D. Sebastião, aqui identificado a Cristo, no seu sacrifício de Paixão e morte, inicia o advento dessa redenção total, como santificação do mundo. (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 277).

Tentamos, neste capítulo, examinar e realçar, desde a palavra que remete ao título, até as partes que compõem a obra, alguns dos mais variados sentidos, significados, interpretações e compreensões que englobam *Mensagem*, sem marginalizar, em hipótese alguma, o caráter esotérico-ocultista e simbólico do livro. Finda esta etapa, dedicar-nos-emos a averiguar a representação do cavaleiro medieval, evidenciando, por meio de análises de poemas representativos, o posicionamento ativo deste diante do mundo. O nosso intuito, nas seguintes páginas, é destacar esse posicionamento, bem como as características do cavaleiro medieval, depreendendo como isso se

coaduna com o espírito de consciência criadora nacional que reverbera em *Mensagem*.

4. O POSICIONAMENTO ATIVO DO CAVALEIRO MEDIEVAL

4.1 O IDEAL DE CAVALEIRO, UMA IMAGEM CONSOLIDADA NO PLANO LITERÁRIO

Nós sabemos, prezado leitor, de sua impaciência para chegar ao cerne vital deste trabalho, mas resolvemos estender a sua ansiedade, uma vez que para discorrermos acerca do posicionamento ativo do cavaleiro e de seus respectivos desdobramentos, precisa-se, primeiramente, apresentar-lhe qual é a imagem consolidada desse elemento, para futuramente rebatê-la, por meio de um viés crítico e subversivo. Isto posto, espere mais um bocadinho, leitor, e se delicie nas seguintes páginas.

A figura do cavaleiro medieval, desde a nossa infância, nos circunda, enquanto leitores ou ouvintes. Quem é que não se lembra, por mais que seja vagamente, de algum trecho ou de alguma passagem das emblemáticas aventuras do Rei Arthur e dos Cavaleiros da Távola Redonda? Estas certamente fazem parte do nosso imaginário coletivo de narrativa(s) cativante(s) e, conseqüentemente, de representação acerca do ideal de cavaleiro. No tocante a essa última constatação evidenciada, destacaremos rapidamente, a partir de agora, as temáticas pertencentes a essa lenda divertida e fascinante.

O ciclo arturiano, concernente à Matéria da Bretanha, é composto por um conjunto de textos, sejam novelas em prosa, sejam romances em versos, referentes ao Rei Arthur e aos seus cavaleiros, textos que discorrem sobre a busca insaciável dessas personagens pela aquisição do Santo Graal, objeto que, na tradição mitológica celta-inglesa, era um caldeirão mágico, o qual garantiria a prosperidade e a paz para o Reino de Arthur, que atravessava momentos difíceis oriundos da invasão saxônica, supostamente ocorrida no século V, na região que atualmente compreende a Grã-Bretanha.

Para o leitor que não é familiarizado com as narrativas em questão, as quais julgamos serem importantíssimas para o entendimento profundo desta e

das próximas subdivisões, ressalta-se que o ciclo novelístico bretão sofreu adaptações de índole religiosa ao longo do tempo, isto é: o que era originalmente uma lenda popular, calcada em elementos pagãos, passou a incorporar elementos cristãos, sofrendo, por consequência, uma reelaboração no plano mitológico e literário. Diante disso, o Santo Graal, que, até então, era um elemento pagão, passou a ser considerado, por volta dos séculos XII e XIII, uma relíquia cristã. De acordo com o poeta francês Robert de Boron, primeiro escritor a dar um sentido cristão à lenda, o Santo Graal é um cálice, utilizado por Jesus Cristo na última ceia, e que continha o sangue do filho de Deus após a crucificação. Este sangue, na percepção de Boron, foi recolhido por José de Arimatéia, um judeu convertido ao cristianismo, e transportado por ele à Grã-Bretanha, à espera de Galaaz, o cavaleiro escolhido, o grande eleito, para conhecer os mistérios do cálice.

Engana-se, caro leitor, quem pensa, ingenuamente, que o processo de cristianização sofrido pela lenda, delimita-se apenas a um objeto em específico. Pelo contrário, uma vez que engloba também, de uma maneira massiva e significativa, as histórias de amor inerentes à figura do cavaleiro. Com o objetivo de materializar esse pressuposto, convém trazer para a superfície do texto o livro *A Demanda do Santo Graal*, uma das muitas obras que integram o ciclo arturiano, um livro que situa a tensão entre sexualidade e castidade, uma tensão que marginaliza os prazeres da carne.

Persival olhou a donzela, que lhe pareceu tão formosa, que nunca viu donzela cuja beleza chegasse à beleza que nela viu. Então começou-lhe a mudar o coração muitíssimo, que todo o seu costume passou, porque o seu costume era tal que nunca olhava donzela por causa de amor, mas agora estava assim tocado de amor, que não desejava nada do mundo; assim que viu esta donzela, parecia-lhe que fora em bom dia nascendo, se pudesse ter seu amor. (MEGALE, 2003, p. 85).

Ai, donzela! Quem vos mandou aqui certamente mau conselho vos deu; e eu cuidava que de outra natureza éreis vós. E rogo-vos, por cortesia e por vossa honra, que vos vades daqui, porque, com certeza, o vosso louco pensar não entenderei eu, se Deus quiser, porque mais devo recear perigo de minha alma do que fazer vossa vontade. (MEGALE, 2003, p. 38).

No que diz respeito à tensão exposta acima, e, principalmente, após a leitura do livro na íntegra, percebe-se que a cristianização da lenda estava a serviço de uma doutrina moral e religiosa, na qual as relações sexuais dos cavaleiros eram consideradas pecaminosas. Seguindo essa linha de raciocínio,

o comportamento dos cavaleiros, bem como os seus respectivos modos de agir, eram regulados por um modelo de virtude calcado na pureza física e na pureza espiritual. Isto posto, depreende-se que a virgindade era reconhecida como o estado mais perfeito do sujeito e que este, conseqüentemente, precisava conter, reprimir, os impulsos carnis, ou seja, ser casto. À vista disso, a figura do cavaleiro, no decorrer do livro, e, ao longo da lenda popular em si, percorria o caminho da contenção, da retenção, dos ímpetos amorosos e era perpassado, de acordo com o primeiro excerto, por um grave ou mortal desejo sexual não consolidado, reprimido.

Em conformidade com a ótica da lenda, a pureza corporal e a pureza espiritual eram diretamente proporcionais. Sendo assim, quanto mais ascético o cavaleiro era, mais próximo ele se encontrava do Deus cristão, fato que é ilustrado pelo final da segunda citação “[...] o vosso louco pensar não entenderei eu, se Deus quiser, porque mais devo recear perigo de minha alma do que fazer vossa vontade.” (MEGALE, 2003, p. 38). Destarte, acreditava-se que, com o corpo puro, seria mais fácil atingir o sagrado, assim como alcançar as esferas espirituais superiores, receber favores e não julgamentos de Deus. Tendo em vista o modelo de virtude, torna-se mais simples compreender que para adquirir a nova relíquia cristã, o Santo Graal, era necessário um cavaleiro puro de corpo e de alma, um cavaleiro casto, que possuía a graça divina e que era sequaz da palavra da divina providência, isto é: se encontrava a serviço, a mando, da palavra de Deus. Com a finalidade de obter a paz e a prosperidade ao Reino de Arthur, não bastavam apenas a valentia, a força, a bravura, a honra, características que fazem parte do nosso imaginário de cavaleiro e que representavam qualidades inerentes a estes. Precisava-se também de uma pureza advinda do ato de restringir os prazeres sexuais, fato somente alcançado por Galaaz, o cavaleiro cândido e imaculado por excelência, o escolhido para desvendar os mistérios do Graal. De acordo com a intelectual Adriana Zierer, Galaaz é “[...] virgem, puro e defensor da fé cristã, destinado aos mais altos feitos na Demanda [...]” (ZIERER, 2013, p. 02).

E Galaaz, [...] por outro lado, lhe disse que, se fosse a mais formosa que Nosso Senhor tivesse feito, ele não olharia mais para ela; e disse-lhe que mais lhe valeria ficar em virgindade, porque se lhe os outros fizessem tanto como ele, bem poderia ser que morresse virgem. E a donzela que estava toda paralisada, quando viu que de

Galaaz não poderia ter seu prazer, disse: [...]. (MEGALE, 2003, p. 39).

Então chegou-se a Galaaz mais que antes e pôs a mão nele muito devagar para despertá-lo; mas, quando sentiu a estamenha que o cavaleiro vestia, porque sem estamenha nunca ele estava nem de noite nem de dia, ela ficou tão espantada [...]. (MEGALE, 2003, p.37).

Diante dos excertos destacados, observa-se que a personagem Galaaz possuía uma virgindade “guardada a sete chaves”, o que caracterizava uma mutilação de sua personalidade sexual em prol da inexistência de pecado, de desregramento, o qual poderia contaminar as demais personagens da história. A privação sofrida por Galaaz retratava uma ordem social a ser seguida pelos cavaleiros, a qual se distinguia por realçar a separação entre a vida bélica e a vida sexual. Uma vez considerada um quesito imprescindível para se compreender melhor não só a lenda em si, mas como também a sociedade medieval, cabe informar ao leitor que a ordem social em questão será explanada com mais riqueza de detalhes na próxima subdivisão deste capítulo, servindo-se de uma perspectiva histórica ao invés de uma perspectiva mitológico-literária.

Finalizada a primeira subdivisão inerente ao capítulo 4, compreende-se a cristianização sofrida pela lenda. Além disso, depreende-se que o nosso imaginário coletivo sobre a figura do cavaleiro medieval, o qual é construído através da literatura, é fundamentado não apenas no retrato da bravura, da coragem, da valentia, concernente a esse indivíduo, mas na tensão/conflicto entre a sua potencialidade sexual e a sua castidade. Defronte a esse impasse, nota-se que a balança pende para a pureza física, para a contenção da lascívia, uma vez que a entrega aos prazeres sexuais é considerada um pecado, pecado este que não condiz com a pureza espiritual marcante do cavaleiro. No tocante a essa temática, percebe-se que para a conquista da graça divina, é preciso uma visão ascética da realidade, um afastamento do mundo por parte do cavaleiro. Para o leitor que não possui familiaridade com o termo “Ascetismo”, mantenha a calma e não se preocupe, pois o significado deste vocábulo e o seu respectivo lugar na sociedade medieval serão explanados detalhadamente na próxima subdivisão. Entretanto, com a finalidade de se obter êxito no objetivo proposto, será adotada uma perspectiva respaldada no viés histórico e não no viés literário. O mesmo procedimento

será utilizado para compreender profundamente a imagem do cavaleiro quanto ao seu contexto histórico.

4.2 O ideal de cavaleiro, uma imagem consolidada no plano histórico

Segundo o que foi visto no primeiro item do capítulo 4, a tensão evidenciada na figura do cavaleiro medieval é cara ao contexto literário, mas, analisando as ponderações do historiador Georges Duby, especialista na Idade Média, demonstraremos que a tensão transcende o plano literário e constata-se no plano histórico. Para levar a cabo tal propósito, convém realizarmos, primeiramente, um breve preâmbulo acerca das origens da cavalaria.

Georges Duby (1989), em seu texto *A sociedade Cavaleiresca*, retrata como um determinado grupo social, constituído por cavaleiros, conseguiu consolidar-se, entre os séculos XI e XIII, entre as demais categorias sociais da sociedade francesa. De acordo com a ótica do intelectual francês, a cavalaria, naquela época, já era uma classe social muito bem delimitada e definida, a qual era transmitida de geração para geração e era considerada como superior.

[...] a cavalaria forma no conjunto do Ocidente um corpo muito bem delimitado e que realmente se estabelece no centro do edifício social. Ele se apropriou da superioridade e da excelência antes ligadas à noção de nobreza. Nele se encarnam os valores mestres de uma cultura. (DUBY, 1989, p. 23).

Essa superioridade era advinda do vocábulo *Miles*, palavra utilizada para demonstrar que o indivíduo pertencia à cavalaria, fato que acarretava uma distinção social. Mas, afinal, o que significava o termo *Miles*? Para Duby, a palavra carregava uma conotação militar e era empregada para denominar aqueles combatentes que lutavam com armas, mais especificamente os cavaleiros. Estes indivíduos tinham a incumbência de garantir, a princípio, a paz para o bem público. Contudo, assim como ocorreu no plano literário, Duby nos mostra que o vocábulo em questão sofreu uma ação proveniente da liturgia cristã, a qual modificou o papel desempenhado por esse grupo social, visto que ocorreu uma simbiose entre os feitos da cavalaria e as crenças que a Igreja Católica propagava na Idade Média. Sendo assim, não bastava o cavaleiro ser dotado de inúmeras virtudes, dentre as quais podemos citar a garra, a energia e o comprometimento para com o bem público, mas possuir um espírito divino

e, conseqüentemente, uma ação visando à construção do Reino de Deus, uma construção que culminava nas “cruzadas”, movimentos militares, ocorridos entre os séculos XI e XIII, de inspiração cristã. Os combatentes que auxiliavam nas chamadas “guerras santas” alcançavam, de acordo com os preceitos da Igreja Católica, a salvação e uma perfeição espiritual.

[...] a ação pela paz de Deus exalta desta vez a função militar, associa-se à construção do reino de Deus. [...] a cavalaria apareceu cada vez mais claramente na França, entre 1030 e 1095, como um dos caminhos da *Militia Dei*, paralela ao sacerdócio e à profissão monástica; ela se cobriu de tantos valores espirituais que logo os membros da mais alta nobreza já não repugnavam adornar-se também com o título de cavaleiresco. (DUBY, 1989, p. 35).

Todavia, para lograr tal perfeição, os sacrifícios dos cavaleiros não se restringiam apenas ao campo de batalha; era preciso sacrificar-se em suas vidas sexuais. Como acontecia no plano literário, haja vista *A Demanda do Santo Graal*, bem como as nossas ponderações acerca do ciclo arturiano, o sexo, a relação carnal, era condenada. Diante dessa perspectiva, cabe dialogarmos mais uma vez com as reflexões de Georges Duby (1988), principalmente com o seu livro *O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal*. Por meio de uma escrita objetiva e precisa, Duby nos mostra que, no âmbito do cavaleiro medieval, era imposta, por parte da Igreja Católica, uma resistência no que diz respeito ao amor, sinônimo de copulação, naquela época.

De facto, convém que não nos iludamos: o que os escritos deste tempo denominam “amor”, em latim ou nos dialetos, é muito simplesmente o desejo, o desejo de um homem, e as suas proezas sexuais. (DUBY, 1988, p. 156).

Dentre alguns representantes da famigerada contenção carnal, sobressai-se a figura de Jonas, bispo de Orleans, no período de 780 a 800 d.C. De acordo com o pontífice, o cavaleiro precisava lutar contra a avidez sexual, um vício perigoso para a ordem pública, uma vez que suscitava o desregramento, o descontrole social. Embora o seu posicionamento fosse enfático, percebe-se, mediante uma leitura atenta, que a real intenção de Jonas não era impor um interdito, uma abstenção sexual e sim uma moderação, uma *Giusta Misura*, proveniente de uma instituição social denominada “casamento”. Na ótica do sacerdote, o casamento retratava a *Honestas Copulatio*, isto é: a possibilidade de ter relações sexuais apenas para a procriação e,

exclusivamente, em âmbito conjugal. É evidente que, mesmo assim, ocorria um refreamento, ainda mais se pensarmos na virilidade da cavalaria, porém esta limitação era explicada com base na vontade divina, na manutenção da ordem pública, na paz pública, que o casamento acarretava. Tratava-se, em suma, de uma moral de estado a ser seguida na Idade Média.

[...] o bom príncipe deve superar-se, aproximar-se da *honesta copulatio*, adestrar-se, com este manual na mão, para viver o casamento de maneira cada vez mais conforme a vontade divina, e logicamente cada vez mais útil à manutenção da ordem pública. (DUBY, 1988, p. 27).

[...] a necessidade de reprimir todos os impulsos da carne e do sangue era ao mesmo tempo proclamada. Os prelados que exortavam a depor as armas, a jejuar, instigavam do mesmo lance a conter a impetuosidade do sexo. [...] a desordem do mundo procede dessa agitação luxuriosa que vemos afectar tanto o alto clero quanto a nobreza. Para aplacar a ira do Céu, para se restabelecer a aliança entre Deus e os homens, é urgente que estes se purifiquem. Renúncia. [...] Ainda assim, é indispensável que a conjugalidade seja vivida como um exercício ascético. (DUBY, 1988, p. 40).

Baseado no que foi visto nas duas subdivisões do capítulo 4, depreende-se que a cristianização da lenda do Santo Graal transformou a Demanda em uma saga, em uma ilustração da Idade Média teocêntrica, principalmente no tocante a sua influência divina e a sua tensão. Para o leitor que gostou da temática abordada, convidamo-lo a ler outro tipo de texto. Referimo-nos às cantigas de amor inerentes ao período literário denominado “Trovadorismo”. Nesse conjunto de textos, nota-se, mediante uma linguagem comovente e desconcertante, o amor cortês, amor que ilustra com mais pormenores a tensão vivenciada pela sociedade medieval, pois, através da idealização da mulher, da vassalagem amorosa e da coita (sofrimento causado pelo amor não correspondido), o leitor poderá ter acesso a uma gama de exemplos que corroboram a restrição da sexualidade evidenciada até este momento.

E, já que estamos discorrendo sobre a restrição da sexualidade, convém trazer à tona um termo, o qual já foi mencionado, e que se coaduna diretamente com a representação do cavaleiro, a qual está sendo delineada nestas duas etapas pertencentes ao capítulo 4. Trata-se do conceito denominado “Ascetismo”. Permita-nos dizer-lhe, prezado leitor, que o “Ascetismo” é uma doutrina filosófica de vida na qual se distingue pelo veto aos

prazeres mundanos. Os seguidores dessa ideologia, os ascetas, acreditam que a prática de uma renúncia às sensações da vida material proporciona um equilíbrio moral e um alto grau de espiritualidade/religiosidade. Deste modo, é na abstenção que se encontra o caminho para atingir a perfeição individual, tanto espiritualmente quanto moralmente. De acordo com os ascetas, para lograr tal perfeição, precisa-se repelir os impulsos da carne, uma vez que o corpo físico é, na ótica asceta, a origem dos grandes males, sendo desprezível a nível espiritual, religioso. Isto posto, o autocontrole diante das tentações humanas viabilizaria uma aproximação perante a divindade. Destaca-se que essa divindade não se relaciona restritamente ao cristianismo, pois os movimentos ascetas também encontram seguidores em outras religiões como, por exemplo, no budismo e no hinduísmo. Entretanto, por uma questão de coerência com aquilo que vem sendo exposto ao longo deste capítulo, convém atrelarmos o Ascetismo ao cristianismo.

Enfim e, sobretudo, o pensamento cristão foi arrastado pela forte corrente que, nas cidades do Oriente, levava os intelectuais a representarem-se o Universo como o campo de conflito entre o espírito e a matéria, a figurarem-se todo o carnal colocado sob o império do mal. Tornou-se assim mais viva a repugnância relativamente à copulação, aos humores corporais, relativamente à procriação [...]. (DUBY, 1988, p. 23).

A julgar pelo conteúdo amplamente discutido até aqui, verifica-se que, tanto no âmbito literário quanto no âmbito histórico, predomina a representação ascética da figura do cavaleiro medieval. Entendemos, por meio de nossa pesquisa, que essa representação retratava a tensão vivida pela sociedade medieval teocêntrica, um conflito que servia para evitar a vitória da luxúria, o desregramento, de magnitude incalculável. Contudo, a restrição imposta culminava, segundo a nossa ótica, com a separação entre a vida bélica e a vida sexual do guerreiro, fato que suscitava a mutilação sexual deste e, conseqüentemente, um cerceamento de uma face de sua personalidade.

Diante dessa constatação, afloram, em nossas reflexões, algumas perguntas, as quais julgamos serem essenciais para o prosseguimento deste trabalho. São elas: como Fernando Pessoa, em seu livro *Mensagem*, revisita esse contexto de representação do cavaleiro medieval? Quais são os traços que evidenciam uma provável releitura feita pelo escritor diante desse contexto? Será que o nosso poeta, no que diz respeito ao cavaleiro, pode

apresentar outro viés de compreensão? Doravante, estes assuntos, bem como os seus respectivos desdobramentos, serão abordados.

4.3 Nas entrelinhas da Mensagem

Antonio Candido (1985), em seu livro *Na Sala de Aula*, nos revela que ler infatigavelmente um texto, o qual se pretende analisar, é um preceito básico de quem se propõe a sugerir perspectivas de leitura. Estas, de acordo com o nosso entendimento, pendem para dois caminhos paralelos. O primeiro demonstra o que é consolidado, cristalizado, pela crítica vigente. O segundo revela, por meio de um viés subversivo, um diálogo com a crítica vigente, acarretando uma enriquecedora ampliação de leitura e, por consequência, de significados perante o texto lido, analisado. Tendo em vista que a produção de conhecimento materializa-se não somente na reprodução do que é simplesmente enraizado, cimentado, pelos pensadores renomados, mas nas explanações de interpretações e compreensões diferentes sobre determinados assuntos, convém percorrermos, no tocante à representação do cavaleiro medieval no livro *Mensagem*, o segundo caminho, garantindo ao leitor deste trabalho, um aprofundamento desta representação.

Uma vez exposta a ponderação acima, bem como a sua respectiva consequência, salienta-se que, para obter êxito nos objetivos propostos na introdução desta pesquisa, nos debruçaremos sobre cinco ícones intrínsecos à história portuguesa, os quais são: Conde D. Henrique, D. Afonso Henriques, D. Fernando, Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião. Neste exato momento, o leitor deve estar se perguntando: por que apenas estes? A pergunta em questão é passível de ser respondida. Ora, a nosso ver, estes cinco guerreiros são os mais paradigmáticos, emblemáticos, para se compreender profundamente o que é se entregar, se doar, pela pátria, por meio de um posicionamento ativo, de uma atitude, diante da realidade. Esta seleta lista de cavaleiros incorpora, de acordo com a nossa ótica, a valentia, a coragem, a bravura, bem como o amor, o espírito de grandeza, a disposição e o comprometimento perante a nação, atributos que acarretam uma conduta, postura, a qual serviria de exemplo para os portugueses, contemporâneos a Fernando Pessoa,

enfrentarem, com mais ímpeto, as adversidades políticas e econômicas vivenciadas por Portugal no princípio do século XX. Em suma, trata-se de cinco heróis que evidenciam, por intermédio de suas virtudes, características e ações, algo ausente no povo português do início do século XX, na perspectiva de Pessoa. Referimo-nos à falta de um pensamento, de um ideal coletivo, sobre Portugal.

Destacadas as razões pelas quais optamos por estes cinco cavaleiros, acreditamos que seja o momento oportuno de iniciarmos as nossas análises. Isto posto, começaremos a partir do poema “O Conde D. Henrique”, o qual se localiza na primeira parte do livro, denominada “Brasão”, mais precisamente, na subdivisão “Os Castelos”, a qual é composta por 8 poemas que, conforme evidenciamos no terceiro item do capítulo 3, dedicam-se a heróis e monarcas. O poema em questão é o terceiro desta subdivisão.

4.3.1 O Conde D. Henrique

Exercendo, em um primeiro momento, uma leitura simples, calcada em elementos místicos e históricos, depreende-se que o poema é apenas uma singela homenagem aos feitos divino-belicosos de um nobre guerreiro católico francês, chamado D. Henrique de Borgonha (1066-1112), diante dos mouros na península Ibérica. Contudo, dado o caráter oculto do livro e, conseqüentemente, de seus respectivos poemas, não podemos nos ater a este significado que emerge espontaneamente do texto, pois, a nosso ver, este sentido não representa, em hipótese alguma, uma ampliação de leitura, visto que o significado em questão não alcança o que está nas entrelinhas do poema, na camada oculta do que está escrito. No que diz respeito a este pressuposto, convém trazeremos à tona novamente as percepções de Candido (1985):

E nós sentimos que a beleza de um poema se localiza na camada aparente [...] onde se enunciam os significados ostensivos, e que basta para uma leitura satisfatória, embora incompleta. Mas a força real está na camada oculta, que revela o significado final [...]. (CANDIDO, 1985, p. 54).

Para materializar o que se encontra nas entrelinhas, é preciso considerar dois substantivos que aparecem no texto, os quais são: “herói” e “espada”, substantivos essencialmente importantes quando pensamos no nosso ideal de cavaleiro. Afinal, este guerreiro costuma ser herói e ser dotado de uma espada. Caro leitor, não se preocupe agora com os dois termos, pois discorreremos sobre estes posteriormente. Por ora, o que é preciso destacar é que o poema evidencia uma simbiose entre o plano material, humano, e o plano espiritual, religioso, isto é: o guerreiro D. Henrique de Borgonha e a divina providência apresentam uma inter-relação, um amálgama, para determinado feito. “Deus é o agente./ O herói a si assiste, vário/ E inconsciente.” (PESSOA, 2010, p. 25).

O leitor atento, neste exato momento, deve estar se perguntando: “qual feito?” A resposta a essa inquietação será explanada a seguir. Portanto, mantenha a calma, pois proporcionaremos duas interpretações plausíveis para “o feito” supracitado.

No tocante a esta palavra, é conveniente, inicialmente, repararmos, com extremo zelo e atenção, enquanto leitores e estudiosos, para as observações do crítico literário Nuno Hipólito. Hipólito (2014), em seu livro *As Mensagens da Mensagem*, restringe-se a expor que o poema é uma alusão a D. Henrique de Borgonha, o cavaleiro escolhido para ser o fundador do Reino de Portugal. Para o intelectual português, a fundação do Reino marcaria o início, o começo, da nação lusitana e isto seria, de acordo com Hipólito, o grande “feito” deste guerreiro. Vale a pena ressaltar que o crítico aponta que este surgimento ocorreu porque D. Henrique de Borgonha foi o predestinado, escolhido, por Deus, isto é: estava a serviço de uma influência divina e realizou o feito que Deus queria/desejava. Portanto, conforme a ótica de Hipólito, parece que Deus foi aquele que quis que a figura do D. Henrique de Borgonha se tornasse o pai da nação portuguesa. Este último apenas obedeceu, de uma maneira inconsciente e involuntária, a uma ordem proveniente de uma instância superior, de um poder divino.

“Todo começo é involuntário”- quer dizer isto que, pelo menos nas grandes obras, que mudam as civilizações, o início nunca é por obra da vontade humana, mas sim de uma outra vontade maior. “Deus é o agente”. (HIPÓLITO, 2014, p. 21).

D. Henrique não poderia planejar as acções que se seguiram, e por isso, Deus foi o agente desse plano, a que D. Henrique assistiu “inconsciente” [...], ou seja, sem que soubesse a que iam levar as suas acções no futuro. O plano era a formação de Portugal. (HIPÓLITO, 2014, p. 21).

Ao ler a análise de Hipólito do início ao fim, nota-se que D. Henrique de Borgonha é apenas um mero instrumento para a formação de Portugal. Entretanto, como constata Antonio Candido (1985), o significado final de um poema, bem como a sua respectiva força real, não se encontram na fácil e imediata interpretação daquilo que se localiza na superfície do texto, mas nas entrelinhas, naquilo que não está visivelmente escancarado. Sendo assim, a nossa análise diverge da apresentada por Hipólito, uma vez que o pensador português, a nosso ver, não vai além de uma leitura rasa e superficial. É evidente que o poema refere-se à formação de Portugal através de um amálgama entre o divino e o humano, mas, considerando o carácter esotérico-ocultista e simbólico que perpassa o livro, não podemos afirmar, em hipótese alguma, que se trata somente disso. “O feito” não se restringe somente a isso, pois o poema é mais complexo do que a leitura inicial sugere. Isto posto, de acordo com o nosso entendimento, o poema proporciona um aprofundamento de leitura. “O feito”, na nossa percepção, pode também estar associado à potencialidade sexual/virilidade de D. Henrique de Borgonha. Para materializarmos esta hipótese de leitura, é preciso compreender o substantivo “espada”, que aparece na segunda estrofe; “À espada em tuas mãos achada/ Teu olhar desce.” (PESSOA, 2010, p. 25), não apenas como se fosse uma arma de guerra, mas como se fosse um instrumento fálico, uma vez que, segundo o psicanalista alemão Georg Groddeck: “A espada é sem dúvida o símbolo mais antigo do atributo viril; todas as armas o são, mas em particular a espada, como mostra claramente a sua oposição à bainha, símbolo feminino.” (GRODDECK G. 1969 apud CANDIDO, 1985, p. 53).

Embora saibamos que D. Henrique de Borgonha foi um guerreiro e que este utilizou, a serviço de Deus, a espada (arma de guerra) para derrotar os inimigos infiéis e consolidar o surgimento de Portugal, devemos evidenciar outra perspectiva de leitura, a qual enriquece o nosso debate com a crítica vigente. Sendo assim, considerar a espada como um membro, um órgão de virilidade, conforme o fez Groddeck, transmite ao leitor uma nova sensação

diante do poema, isto é: não se trata apenas de uma cena, a qual retrata um contexto de guerra/batalha, envolvendo o cavaleiro D. Henrique de Borgonha e os mouros para a fundação do Reino de Portugal. Trata-se, de acordo com esta outra via de interpretação, de um retrato de uma cena sexual, a qual possui como um dos participantes o próprio cavaleiro. Esta interpretação é dotada de plausibilidade à medida que passamos a analisar com cuidado o seguinte trecho: “Que farei eu com esta espada?” (PESSOA, 2010, p. 25). Se considerarmos este excerto destacado como o momento em que D. Henrique de Borgonha se prepara para a copulação, perceberemos que o “*Ergueste-a*” nada mais é do que uma referência ao endurecimento, à ereção, do instrumento fálico em questão, ocasionando um “feito”, revelado pela expressão “*fez-se*”. Tendo em mente os pressupostos evidenciados, cabe apontar ao leitor, neste instante da análise, que “o feito”, nesta ótica de leitura, está diretamente relacionado ao concebimento, à origem, à formação, de seu filho D. Afonso Henriques (1109-1185), o qual é, segundo a historiografia, o primeiro Rei de Portugal.

Deste modo, o que se expõe, na presente hipótese de leitura, diverge da abstenção aos prazeres carnis e, conseqüentemente, da mutilação, do cerceamento, da personalidade sexual do cavaleiro medieval; fatores retratados nas primeiras duas subdivisões pertencentes ao capítulo 4. Em conformidade com o nosso prisma de análise, parece-nos que, neste poema, não existe uma tensão entre a sexualidade e a castidade, uma vez que o desejo sexual não é reprimido e sim consolidado. À vista disso, o poema nos leva a crer que o comportamento do cavaleiro, bem como o seu respectivo modo de agir, podem ser regulados por uma impureza corporal, desde que o combatente esteja (e no nosso caso está) a serviço de Deus, conforme apontou Hipólito (2014).

Posto que D. Henrique de Borgonha está a mando do poder divino, podemos compreender, conforme o nosso entendimento, que a relação sexual em evidência não é considerada pecaminosa e que esta suscita ao guerreiro uma pureza espiritual. Sendo assim, não é preciso, neste poema em específico, conter os impulsos carnis para se obter uma perfeição individual, tanto espiritualmente quanto moralmente. Para lograr a graça divina, não é

preciso praticar uma recusa aos prazeres do corpo, não é preciso ter uma visão ascética da realidade e um afastamento de mundo, dado que D. Henrique de Borgonha incorpora um poder divino, uma pureza espiritual, sem apresentar um corpo puro, uma pureza física. O alto grau de espiritualidade, neste poema, não é diretamente proporcional a uma renúncia às sensações da vida material, visto que não é na abstenção carnal que se encontra o caminho para ficar próximo à divindade. Logo, o cavaleiro materializa o estado de perfeição espiritual sem precisar de um sacrifício em sua vida sexual.

D. Henrique de Borgonha, portanto, é um guerreiro que atua na formação de Portugal, haja vista a ponderação de Hipólito (2014), como também é um cavaleiro que não é privado de sua virilidade, que não precisa separar a sua vida bélica da sua vida sexual, pois estas caminham juntas e fazem parte da composição do indivíduo em questão, um indivíduo que procria, que é capaz e que pode realizar um ato sexual. Em relação a esta percepção, podemos considerar que o exercício da sexualidade de D. Henrique implica a associação entre a copulação e a transformação da realidade que circunda a personagem. Diante disso, parece-nos que o cavaleiro, para criar o Reino de Portugal, precisa literalmente “semear” D. Afonso Henriques. São fatos diretamente proporcionais, os quais retratam o empenho do guerreiro tanto no leito quanto no campo de batalha, na materialização de seus dois “feitos”. Além disso, ao ampliar o nosso horizonte de interpretação, podemos depreender que a “força reprodutiva”, a qual se encontra nas entrelinhas do poema, pode simbolizar aos leitores, na transformação almejada por Fernando Pessoa, um empenho por parte dos indivíduos em todos os níveis, em todas as instâncias, sem marginalizar a vida sexual.

Caro leitor, ainda em relação ao fato de o cavaleiro incorporar uma entidade divina, algo nos inquieta e, ao mesmo tempo, nos fascina. Este sentimento será explicitado a seguir e se correlaciona com a palavra “herói”, a qual, até este momento, carece de explicação.

Hipólito, em seu texto, limita-se a considerar D. Henrique de Borgonha como um mero instrumento terreno da vontade divina na origem de Portugal. Embora concordemos com a existência de uma influência divina sobre o guerreiro, a nossa análise o coloca em um lugar diferenciado. D. Henrique de

Borgonha, na nossa interpretação, é alçado à condição de herói, visto que, por intermédio de Deus, o cavaleiro foi decisivo para o início do Reino Lusitano e para a concepção do futuro primeiro Rei desse mesmo Reino. Diante disso, destaca-se a atuação do poder divino não somente no campo de batalha, mas também na vida sexual do guerreiro, acarretando dois marcos: o primeiro, referente à paternidade. O segundo, referente à origem de Portugal. Destarte, D. Henrique de Borgonha é, concomitantemente, o pai da nação e o pai de Afonso D. Henriques. A figura paterna e a origem da nação são colocadas em cena neste poema através da simbiose entre o plano humano e o plano religioso. O cavaleiro está a serviço de Deus, foi eleito por este, tanto para copular quanto para guerrear em prol de uma nação que iria surgir. Ressalta-se, assim como o fez Hipólito (2014), que o cavaleiro não sabia o que lhe reservava o destino, não havia consciência de suas atitudes, ações, mas que estas acabaram culminando não só com a criação do Reino de Portugal, conforme defende o pensador português, mas também com a origem do primeiro Rei da nação lusitana. Não é de forma voluntária que este combatente deu origem a D. Afonso Henriques, entretanto, mediante sua ação ativa no mundo, acabou originando-o e foi elevado à condição de herói depois desse fato. “Todo começo é involuntário” (PESSOA, 2010, p. 25).

Finda esta primeira análise que, como o leitor percebeu, problematiza a crítica vigente, no que diz respeito à representação ascética da figura do cavaleiro medieval, nós nos dedicaremos, a partir de agora, a outro poema, o qual julgamos essencial para a materialização do posicionamento ativo do cavaleiro na obra em questão.

4.3.2 D. Afonso Henriques

Na análise anterior, evidenciamos um herói representativo para a formação de Portugal. Relembrando as observações de Quadros (1986) destacadas no capítulo 3, podemos considerar o Conde D. Henrique como uma pedra preciosa para a nação portuguesa, visto que o cavaleiro, no nosso entendimento, se sobressaiu em suas façanhas e se arriscou, se doou, de corpo e alma, em prol de suas duas conquistas; a guerreira e a paterna. Em

face desta constatação, as seguintes análises versarão sobre este espírito de entrega, retratando, uma situação vitoriosa, no que corresponde ao poema “D. Afonso Henriques” e uma situação trágica, no que se refere ao poema “D. Fernando, infante de Portugal”. Com a finalidade de sermos didáticos em relação ao leitor que nos lê, optamos por iniciarmos a nossa reflexão, conforme percebe-se no título desta subdivisão, pelo poema que alude à figura de D. Afonso Henriques. O poema que remete à figura de D. Fernando será analisado com cuidado na próxima subdivisão.

O poema, intitulado “D. Afonso Henriques”, encontra-se na primeira parte da obra e corresponde ao quinto poema pertencente à subdivisão “Os Castelos”. Trata-se, em linhas gerais, de uma homenagem realizada por Fernando Pessoa aos feitos deste guerreiro. Por intermédio da análise anterior, sabe-se que o cavaleiro D. Afonso Henriques (1109-1185) era filho do Conde D. Henrique e foi o primeiro Rei de Portugal, ou seja, era, de fato, uma figura emblemática para a história portuguesa, uma figura digna de ser imortalizada em *Mensagem*. No tocante à biografia da personagem, consideramos pertinente acrescentar que, somente no ano de 1139, D. Afonso Henriques, após ter derrotado cinco Reis mouros, na Batalha de Ourique, autoproclamou-se Rei da nação lusitana. Conforme assinala o intelectual Adrien Roig (1992), em seu texto *Mensagem: heráldica e poesia*, o Rei, nesse combate, sofreu uma influência divina.

No campo de Ourique, na véspera da batalha que deveria ter lugar no dia 25 de julho de 1139, D. Afonso Henriques, enquanto hesitava frente à grande quantidade de Muçumanos, viu aparecer Jesus na Cruz que lhe disse para combater em Nome Dele, que sairia vencedor e que seria Rei de Portugal. Concedeu-lhe como armas do Reino as cinco chagas da sua Crucificação. (ROIG A. 1992 apud SEABRA, 1996, p. 283).

O amálgama entre o plano divino e o plano humano descrito na citação acima não se delimita apenas ao encontro entre D. Afonso Henriques e uma divindade cristã. De acordo com Roig, essa união materializa-se também no momento em que Jesus Cristo entrega as armas para que o futuro primeiro Rei de Portugal derrote os “infiéis”. Essa cena, na perspectiva do crítico, transcende a mera boa vontade divina e correlaciona-se com um famoso rito de iniciação da cavalaria. Para o leitor que não é familiarizado com o rito em questão, destaca-se que, antes do indivíduo tornar-se um cavaleiro, este

precisa receber de uma figura litúrgica a espada abençoada por Deus, em uma etapa cara à cerimônia de armamento da cavalaria, a qual se denominava “vigília de armas”. Roig salienta que os termos “cavaleiro” e “vigília”, pertencentes aos dois primeiros versos da primeira estrofe, “Pai, foste cavaleiro/ Hoje a vigília é nossa.” (PESSOA, 2010, p. 27), aludem a esta conjuntura, ocasionando, não somente no âmbito histórico, como também no âmbito literário, um entrecruzamento entre a esfera espiritual/religiosa e a esfera bélica/guerreira.

À vista disso, a cena retratada na citação supramencionada é, a nosso ver, extremamente importante, uma vez que podemos compreendê-la como sendo o elo entre a aparição de Jesus Cristo e o ritual de concessão de armas da cavalaria, pois o Messias, na ótica de Roig, foi o padrinho deste cavaleiro e forneceu o armamento necessário para que D. Afonso Henriques lutasse contra os mouros. Isto posto, o acontecimento evidenciado é, nas palavras do crítico, “[...] um dos mais honrosos actos de armação de um cavaleiro [...]” (ROIG A. apud SEABRA, 1996, p. 285). Seguindo a linha de raciocínio exposta pelo intelectual e analisando os derradeiros versos do poema, “A benção como espada” e “A espada como benção”, os quais ilustram “[...] o divino se confundindo com o cavaleiresco, a dádiva de Deus com as armas [...]” (ROIG A. apud SEABRA, 1996, p. 285), percebe-se que a cerimônia de armamento do primeiro Rei de Portugal é retratada no poema de Fernando Pessoa.

Dado o que foi explicitado, consideramos as ponderações de Adrien Roig (1992) relevantes para o prosseguimento de nossa pesquisa, uma vez que o pensador explicita o rito iniciatório, bem como o elo entre o sublime/celestial e o terreno/material, características inerentes ao cavaleiro medieval. Porém, de acordo com o nosso entendimento, Roig, em sua análise, deixou à margem quatro versos, que são: “Dá-nos o exemplo inteiro/E a tua inteira força!” (PESSOA, 2010, p. 27) e “Dá, contra a hora em que, errada,/Novos infiéis vençam” (PESSOA, 2010, p. 27), versos que serão analisados a seguir, os quais poderiam/podem transmitir ao leitor “[...] significados sucessivos e cada vez mais escondidos [...]” (CANDIDO, 1985, p. 54), acarretando um aprofundamento de leitura. Sendo assim, com o intuito de destacarmos os sentidos recônditos que se encontram em uma camada mais

profunda, analisaremos, de agora em diante, esses quatro versos do poema. Porém, primeiramente, convém trazer para a superfície do texto outro traço biográfico de D. Afonso Henriques.

Em conformidade com as notas de rodapé pertencentes ao livro *Mensagem* da editora Abril (2010), D. Afonso Henriques, além de ter sido o primeiro Rei de Portugal, foi o responsável pela pacificação desse Reino e pelo alargamento de seu respectivo território, mediante as conquistas de Leiria, Santarém, Lisboa, Almada, Palmela, Alcácer e de quase todo o Alentejo, recebendo, em razão disso, o cognome de *O Conquistador*. Este dado, na nossa concepção, materializa as façanhas realizadas pelo cavaleiro, as quais culminaram com a constituição da grande maioria do território português antes mesmo do ano de 1200. Portugal, no reinado de D. Afonso Henriques, foi a “[...] primeira nação européia a definir a sua identidade nacional [...]” (HIPÓLITO, 2014, p. 25). Dada a circunstância de batalhas e conflitos para a consolidação do território nacional luso, devemos considerar que a figura de D. Afonso Henriques incorpora o arquétipo do exímio cavaleiro, o qual se resume a ser “[...] um homem de armas, mas, também um homem de nobreza e gestos certos e decididos, que defende as coisas superiores a ele mesmo [...]” (HIPÓLITO, 2014, p. 25).

Tendo em vista esta constatação, bem como o contexto histórico em que havia esta modalidade de guerreiro, consideramos que os versos “Dá-nos o exemplo inteiro/E a tua inteira força!” (PESSOA, 2010, p. 27), evidenciam alguns predicados do cavaleiro em questão, os quais resultam no que foi exposto por Hipólito (2014) e nas maneiras de agir, no comportamento de D. Afonso Henriques, fato que será destacado na seqüência. Por ora, convém percorrermos um pouco mais sobre estes atributos.

De acordo com o nosso entendimento, os dois versos supracitados conduzem o nosso olhar para a bravura, a coragem, a garra de D. Afonso Henriques, diante de seus desafios em sua vida bélica. O estimado leitor há de concordar conosco que o êxito obtido por D. Afonso Henriques, em sua vida aguerrida, permite colocar em primeiro plano estas características. A nosso ver, os versos destacam a face pelejadora do cavaleiro, face que condiz com a figura do guerreiro que luta pelos seus objetivos, os quais se coadunam com a

construção de uma pátria e, conseqüentemente, com a expansão do Reino de Portugal. Esta luta por um objetivo, por um ideal, demonstra o caráter nobre e destemido do cavaleiro e, em hipótese alguma, materializa um afastamento de mundo, pois, o que percebemos aqui, é um posicionamento ativo, uma ação diante da realidade, uma vez que, aparentemente, o guerreiro apresenta uma missão, a qual se define por consolidar Portugal.

Dada a união entre o humano e o divino, podemos considerar que o guerreiro combateu por Portugal em nome da entidade divina, pois esta desejava que a nação lusitana fosse expandida/alargada. Da mesma forma que acontece na análise anterior, o guerreiro aqui é o predestinado e está a serviço de Deus, a mando deste, com a finalidade de construir e consolidar uma pátria, nação. Isto posto, os versos “Dá-nos o exemplo inteiro/E a tua inteira força!” (PESSOA, 2010, p. 27) ilustram não somente o desejo de conquista, a valentia, a energia, o comprometimento, de D. Afonso Henriques perante esta árdua e arriscada incumbência, mas refletem no seu respectivo modo de agir. Na nossa concepção, o cavaleiro incorpora um exemplo de conduta, um código de ética, fundamentado em se doar, em se entregar, em se arriscar, por ideais nobres e, por conseguinte, pela consolidação da pátria. No que diz respeito à expansão do território português, destaca-se a perseverança do herói diante dos obstáculos que foram surgindo, culminando com um espírito aguerrido ao defender o seu ideal de Portugal imponente, com fronteiras bem estabelecidas. Neste exato momento da análise, a convergência de características positivas do cavaleiro nos leva a crer que o exemplo de conduta de D. Afonso Henriques, o qual é originado a partir dos versos supracitados, não é calcado em uma recusa perante o mundo, mas em uma atuação ativa diante deste, acarretando na materialização de um ideal imaginado/sonhado. Portanto, trata-se de considerar a figura de D. Afonso Henriques não apenas como um exímio cavaleiro, mas como o representante máximo dos valores de uma nação, valores estes que desencadeiam na determinação, no poder de ação e na luta por um objetivo.

Finda a elucidação das características do herói, bem como de seu exemplo de conduta, convém destacarmos, ainda em relação aos versos “Dá-nos o exemplo inteiro/E a tua inteira força!” (PESSOA, 2010, p. 27), que a

forma verbal “Dá-nos” sugere, a nosso ver, que o posicionamento ativo e contundente do cavaleiro em prol da nação reverbera não apenas no passado glorioso lusitano, mas no presente do poeta, uma vez que Fernando Pessoa, de acordo com a nossa leitura, está suplicando para que os seus leitores se inspirem nesses atributos, com a finalidade de estarem prontos ao combate aos infiéis que existiam no início do século XX em Portugal. “Dá, contra a hora em que, errada,/Novos infiéis vençam,” (PESSOA, 2010, p. 27). Mediante o contexto de publicação do livro, o qual foi explanado no capítulo 2, tudo nos leva a crer que esses novos infiéis, em uma perspectiva ocultista e simbólica, podem ser os defensores/partidários do regime salazarista, que estava consolidado no poder. Deste modo, o poeta almejava um espelhamento, o qual se estruturava na perspectiva que os seus leitores contemporâneos enfrentassem, com força de vontade e disposição, assim como o fez D. Afonso Henriques diante dos mouros, o nacionalismo retrógrado e improdutivo de Salazar. “[...] É essa atitude que Pessoa reclama ser de novo necessária, quando diz “hoje a vigília é nossa” [...]” (HIPÓLITO, 2014, p. 25).

A julgar pelo conteúdo exposto no último parágrafo, depreende-se que Fernando Pessoa, ao empregar o vocábulo “infiéis”, transmite, nas entrelinhas de seu poema, uma mensagem aos portugueses. Esta mensagem, na nossa perspectiva, evidencia que o sentimento de pertencimento em relação à pátria não era, em hipótese alguma, o que vinha sendo propagado pelos adeptos de Salazar, mas que este sentimento condizia com o que o primeiro Rei de Portugal fez, ou seja, o fato de ele ter ido atrás de um ideal nobre. Para o leitor que lerá esta pesquisa na íntegra, evidenciaremos, no capítulo 5, em que consiste este ideal nobre na contemporaneidade do poeta e como este ideal diverge do pensamento totalitário e repressivo do Estado Novo.

Haja vista as análises acerca das figuras de D. Afonso Henriques e do Conde D. Henrique, o estimado leitor pode acreditar que o exemplo de conduta, de comportamento, de entrega pela pátria e, principalmente, de ação diante do mundo, só podem ser retirados de situações de êxito, de sucesso, de vitória. Engana-se, uma vez que estas virtudes também se materializam em circunstâncias de adversidade, conforme podemos perceber, a partir de agora, mediante a figura de D. Fernando.

4.3.3 D. Fernando, Infante de Portugal

Segundo o que destacamos na terceira etapa do capítulo 3, a terceira subdivisão, intitulada “As Quinas”, pertence à primeira parte do livro, “Brasão”, e se distingue por possuir cinco poemas. Recordando as percepções do intelectual José Édil De Lima Alves (1986), esta subdivisão se caracteriza por evidenciar os sacrifícios realizados pelos heróis paradigmáticos da nação portuguesa. Um desses heróis é D. Fernando, homônimo do nosso poeta e que foi homenageado e imortalizado por este em *Mensagem*, através do poema “D. Fernando, Infante de Portugal”, o qual, de agora em diante, será o objeto de nossa análise.

Constituído por apenas três estrofes, o poema em questão traz à tona a figura de D. Fernando (1402-1443), fruto da união entre o Rei D. João I (1358-1433) e sua esposa, a princesa inglesa D. Filipa de Lencastre (1359-1415). Em consonância com as notas de rodapé do livro *Mensagem* da editora Abril (2010), D. Fernando foi príncipe da ínclita geração, príncipe da Dinastia de Avis, a qual sucedeu a Dinastia de Borgonha. No que concerne à biografia deste monarca, sabe-se que, após ser torturado e mantido como prisioneiro na cidade de Fez, teve a sua vida ceifada em uma expedição militar malograda no norte da África. Em relação ao que antecede a morte de D. Fernando, vale destacar que os mouros reivindicavam a cidade de Ceuta, conquistada pelos portugueses em 1415, e que poderia servir, na percepção dos adeptos do islamismo, como moeda de troca para a soltura do monarca. Não obstante, a corte portuguesa, ao invés de aceitar a proposta dos mouros, ficou dividida, isto é: uma parte da nobreza era favorável ao resgate do príncipe, enquanto que a outra considerava a cidade, localizada no extremo norte da África, como essencial para acatar as necessidades políticas, econômicas e sociais do Império Português e, por isso, não poderiam se desfazer deste território. Entre idas e vindas, o que acabou prevalecendo não foi a soltura do nono filho de D. João I, mas a manutenção de Ceuta. Diante desta conjuntura, D. Fernando foi forçado a permanecer em cativo e, conseqüentemente, a se sacrificar em nome dos interesses nacionais. Aproximadamente 27 anos depois da morte do

monarca, este foi beatificado, recebendo o epíteto de Infante Santo, dado que o príncipe tornou-se um mártir a serviço da pátria lusitana.

D. Duarte, rei durante cinco anos, e que teve de tomar a decisão entre a vida de seu irmão, D. Fernando, e posse de Ceuta; D. Fernando, torturado e morto em África, após a decisão de D. Duarte de não se desfazer do território ocupado, visto ser algo que pertencia à Pátria, não a ele, como Rei [...]. (ALVES DE LIMA, E.J 1986 apud SEABRA, 1996, p. 254).

Sacrificar-se em prol da nação. Sacrificar-se em prol de um ideal comum. Estas duas orações nos remetem ao termo *Mensa Gemmarum*, explicitado no primeiro item do capítulo 3. De acordo com o nosso entendimento, D. Fernando é passível de ser considerado uma pedra preciosa da nação portuguesa, pois se sobressaiu em seu martírio, o qual representou um apreço e uma dedicação extrema a Portugal. No tocante a este espírito de entrega, façamos nossas as palavras do pensador António Quadros (1986). D. Fernando é rigorosamente um “[...] herói e mártir do ideal cavaleiresco português [...]” (QUADROS A. apud SEABRA, 1996, p. 232).

Caro leitor, a nosso ver, a constatação acima não se restringe ao plano histórico. Pelo contrário, reverbera diretamente no poema analisado. Contudo, a repercussão não é cara somente à materialização do destino trágico ao qual foi submetido o monarca, mas é cara também à cerimônia de armamento que este guerreiro vivenciou. Logo, por intermédio dos versos “Deu-me Deus o seu gládio, por que eu faça/A sua santa guerra” (PESSOA, 2010, p. 34) e “Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me/A frente com o olhar” (PESSOA, 2010, p. 34), evidencia-se o “ideal cavaleiresco”, defendido por Quadros (1986). Portanto, da mesma forma que ocorre com o poema consagrado a D. Afonso Henriques, percebemos, no poema “D. Fernando, Infante de Portugal”, um ato de concessão de armas, o qual explicita novamente o elo que existe entre a divina providência e o ser humano. Afinal, quem concede as armas ao Infante Santo é Deus.

Na tradição medieval, o jovem aspirante era armado cavaleiro com um toque de espada no seu ombro. Pessoa faz-nos imaginar D. Fernando armado cavaleiro por Deus, mas com as mãos imateriais daquele sobre os seus ombros e o seu olhar nos seus olhos. (HIPÓLITO, 2014, p. 38).

Destarte, o plano divino interfere outra vez nas vidas guerreiras dos cavaleiros. No entanto, com qual propósito? Para a “santa guerra”, conforme

destaca um dos versos supracitados. Esta finalidade condiz com o espírito de cruzada e, por conseguinte, com uma ação aspirando à construção do Reino de Deus. Logo, para Fernando Pessoa, a expedição militar no Marrocos, da qual fazia parte D. Fernando, representava a ligação entre a questão político-econômica/social e os ideais religiosos. Afinal, naquela época, a defesa dos interesses políticos fazia-se de mistura com os interesses/princípios religiosos. Em virtude desta união, nota-se a intenção do escritor, a qual se distingue por realçar a missão de expansão da fé cristã, isto é: realçar o espírito divino que movia os guerreiros “[...] É de uma santa guerra que se trata, da qual o Gládio Sagrado é o instrumento divino [...]” (SEABRA, 1996, p. 240).

Contudo, após realizar uma leitura atenta do poema, depreende-se que Fernando Pessoa exercita uma releitura deste contexto histórico inerente à figura de D. Fernando, uma vez que aqui o divino não se delimita apenas ao imaginário cristão, que acabou de ser retratado, mas condiz, conforme a nossa ótica de análise, com o pressuposto dos indivíduos, em uma amplitude de sentido, transcenderem o plano humano/terreno e alçarem ao patamar celestial, mediante um poder de ação, um engajamento para com a realidade. Diante desta perspectiva, entende-se que o divino excede o fato de ser a mera influência de Deus no comportamento do guerreiro, para coadunar-se com a ideia de que seria um “status” a ser alcançado por quem age, de uma maneira transformadora, no mundo, na realidade circundante. “E esta febre de Além, que me consome,/E este querer grandeza são seu nome/Dentro em mim a vibrar” (PESSOA, 2010, p. 34). Desta forma, o divino seria um estado de espírito que evidenciaria a mudança pela qual passaria o ser humano, depois de este último realizar ações, as quais gerariam modificações ao seu redor. Trata-se do próprio humano transformado após a sua ação transformadora. Nesta linha de raciocínio, chegar ao nível divino, como D. Fernando conseguiu, deveria ser o ânimo para os seres humanos, de uma maneira geral, agirem no mundo. O engajamento, o poder de ação, deste guerreiro desemboca em sua respectiva sede de glória e, por consequência, em seu comprometimento perante a nação. “E eu vou” (PESSOA, 2010, p. 34).

No tocante a esta ação ativa, parece-nos que o cavaleiro não se importa com as conseqüências deste ato, dado que o guerreiro chega a falecer

em prol de sua ação transformadora perante Portugal. Isto posto, o importante para o nosso herói é demonstrar um espírito aguerrido, independentemente do que aconteça. É demonstrar, por meio das derradeiras estrofes, que a sua morte, se ela se concretizar (e, de fato, se concretizou), não será maior do que a sua bravura, do que a sua alma e, por consequência, do que seu espírito de grandeza. “[...] não temo o que virá,/Pois, venha o que vier, nunca será/ Maior do que minha alma.” (PESSOA, 2010, p. 34). Afinal, como já diria Fernando Pessoa, no poema “O das Quinas”, “Compra-se a glória com desgraça” (PESSOA, 2010, p. 20).

O destemor de D. Fernando diante da morte, suscita, aos olhos de um leitor atento, uma peculiaridade inerente a todo bom cavaleiro. Esta peculiaridade diz respeito ao fato de o guerreiro em questão afrontar aquilo que está posto como obstáculo, deixando o pavor do falecimento à margem. Trata-se, portanto, de materializar a impavidez quando o assunto é a pátria, a nação portuguesa. Parece-nos que, no tocante a esta temática, Fernando Pessoa, mediante a figura do Infante Santo, procura evidenciar que o medo, bem como a insegurança, precisam ser superados em prol de um objetivo específico, em prol de um ideal comum de Portugal. Esta falta de medo nos leva a crer que o significado dos últimos versos não se restringe ao poema em si, mas se coaduna com um possível recado que o poeta gostaria de passar aos seus leitores. Tendo em vista esta perspectiva, bem como o contexto nebuloso vivenciado por Portugal, D. Fernando e Fernando Pessoa, a nosso ver, destacam que é fundamental, por parte dos portugueses, uma atitude perante a pátria, um posicionamento ativo contra os empecilhos desta, seja no passado, seja no presente lusitano no início do século XX. Esta postura, em hipótese alguma, pode ser contida, nem mesmo pela morte. Sendo assim, para que se demonstre um sentimento de pertencimento em relação à nação, é preciso arriscar, se for necessário, a própria vida. Pessoa, por intermédio de seu homônimo, indica que não há espaço para o temor, para o receio, e que estes substantivos não fazem parte do vocabulário dos portugueses.

Conforme percebemos no parágrafo anterior, a atitude do herói diante do mundo não se delimita ao poema em si, mas reverbera no presente do poeta. É nesta repercussão que, a nosso ver, pode-se encontrar outro

significado recôndito e, concomitantemente, enriquecedor para a compreensão profunda do texto. Com o intuito de sermos didáticos e precisos perante o nosso leitor, explicitaremos com mais riqueza de detalhes este provável sentido, por meio do pensamento de dois intelectuais.

António Quadros (1986), em seu artigo *O Título da Mensagem*, explicita que Fernando Pessoa, ao arquitetar *Mensagem*, identificou-se com alguns heróis pertencentes à história portuguesa. Dentre eles, podemos citar a figura do Infante Santo. Segundo o pensador português, o espírito de grandeza desta personagem à procura de um sonho, de um ideal de pátria, comoveu o nosso poeta.

Pessoa identifica-se efectivamente com algumas das personagens de *Mensagem*, sacrificadas física ou espiritualmente na mesa ou no altar da pátria: pelo menos com D. Fernando, o Infante Santo, herói e mártir do ideal cavaleiresco português [...]. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 232).

Dada esta circunstância, Quadros (1986) nos mostra que Fernando Pessoa se sentiu identificado com o cavaleiro mártir, estabelecendo, em virtude disso, uma interação com o martírio exercido pelo guerreiro. No que concerne a esta interação, parece-nos que o sacrifício realizado por D. Fernando pode ser comparado ao sacrifício que o escritor teve ao produzir a obra, a qual é calcada em recados esotéricos para o povo português. Diante deste elo entre o cavaleiro e Pessoa, podemos analisar por outro prisma os seguintes versos: “E esta febre de Além, que me consome,/E este querer grandeza são seu nome/Dentro em mim a vibrar” (PESSOA, 2010, p. 34). Na nossa percepção, este trecho do poema evidencia não somente a ação transformadora do guerreiro, conforme destacamos na análise, mas a ação transformadora que o poeta incorporou a si mesmo, a qual, haja vista as ponderações inerentes ao capítulo 2, possuía como escopo regenerar Portugal, de retirá-lo da decadência, de fazê-lo renascer e de desvinculá-lo dos ideais de Salazar.

Em relação a esta temática extremamente complexa, percebemos que, tanto o Infante Santo quanto o poeta, realizam sacrifícios para materializar as suas respectivas ações. Nas palavras de Dalila Pereira da Costa (1971), o sacrifício é: “[...] noção central. E atente-se que Pessoa, na sua união a Portugal, por um grande amor, fez também seu um sacrifício por sua nação.” (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 272).

D. Fernando, homônimo de Pessoa, com quem o poeta se teria identificado, num semelhante sacrifício pela sua nação. Nesse seu amor a Portugal, ele teria elegido esta sua figura histórica, como em projecção: “Deu-me Deus o seu gládio, porque eu Faça/ A sua santa guerra/ Sagrou-me seu em honra e em desgraça”. (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 272).

Mediante os excertos provenientes das reflexões dos dois intelectuais, depreende-se que Fernando Pessoa, em seu fazer poético, incorpora o sacrifício, de D. Fernando. De acordo com o nosso entendimento, o poeta, com a finalidade de compor a sua obra, espelha-se neste espírito aguerrido do cavaleiro, pois, ao que tudo indica, este martírio ilustra, em outra instância, o que é entregar-se verdadeiramente por Portugal, ação extremamente valorizada pelo nosso escritor.

Terminada a análise em questão, compreende-se que, embora D. Fernando tenha malogrado em sua experiência bélica, Fernando Pessoa, em seu poema “D. Fernando, Infante de Portugal”, o retrata como um exemplo de postura para a contemporaneidade. Tendo em vista esta percepção e com o intuito de prosseguir na explanação da conduta ativa do cavaleiro, nos dedicaremos, neste exato momento, a dois heróis, que, a nosso ver, apresentam mais semelhanças do que diferenças. São eles: Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião. A análise a seguir será pautada em uma comparação entre estas duas figuras.

4.3.4 Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião

Ao longo de nossas análises, percebe-se, estimado leitor, que os heróis personificam um exemplo de postura, bem como o de se sacrificarem ou de serem sacrificados em prol da pátria lusitana. No tocante a esta linha de raciocínio, consideramos trazer à luz de nossas reflexões outros dois ícones lusitanos, os quais corroboram a constatação acima e nos auxiliarão, certamente, no próximo capítulo.

De acordo com a temática cara ao terceiro item do capítulo 3, Nuno Álvares Pereira (1360-1431) e D. Sebastião (1554-1578) foram homenageados por Fernando Pessoa em *Mensagem*. O primeiro, por intermédio do poema “Nun Álvares Pereira”, o qual se localiza na primeira parte do livro, mais especificamente, na quarta subdivisão, intitulada “A coroa”. O segundo, por

meio do poema “D. Sebastião, Rei de Portugal”, também localizado na primeira parte do livro, porém na terceira subdivisão, “As quinas”. Além disso, temos mais três poemas (“D. Sebastião”, “O Desejado” e “O Encoberto”), os quais aludem ao monarca e que são pertencentes à terceira parte do livro, denominada “O Encoberto”.

O leitor que leu atentamente o capítulo 3 deste trabalho pode, à primeira vista, considerar os dois heróis distintos. Afinal, conforme o que foi destacado naquela etapa de nossa pesquisa, Nuno Álvares Pereira, chefe militar e condestável de Portugal, no reinado de D. João I, obteve êxito em sua experiência bélica, a batalha de Aljubarrota (1385), enquanto que D. Sebastião, décimo sexto Rei de Portugal, malogrou em sua expedição militar ultramarina e arrastou a nação lusitana ao cativo espanhol. Contudo, quando lemos os poemas destinados a estas duas figuras, percebemos semelhanças no modo como Fernando Pessoa as constituiu. Diante desta perspectiva, convém recuperarmos novamente o pensamento de Quadros (1986), uma vez que:

Entre Nuno Álvares, o herói-cavaleiro que acabou os seus dias entrando na religião e escolhendo a pureza e a castidade [...] e D. Sebastião, o herói cavaleiro que morreu também casto, há analogias mais do que evidentes, pois trata-se de outras metamorfoses do herói –Galaaz. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 234).

Logo, no que diz respeito a esta percepção, Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião possuem, do mesmo modo que Galaaz, a pureza física e espiritual. Investigando esta ótica de leitura, parece-nos que ambos incorporam características de guerreiro e de divindade, as quais evidenciam, novamente, um nexos entre o plano humano e o divino. No poema “O Desejado”, por exemplo, notam-se as expressões “gládio ungido” e “Excalibur do fim”, as quais ilustram um peculiar instrumento de combate, o qual foi designado por Deus a esta personagem. Por sua vez, no poema “Nun Álvares Pereira”, constam os elementos “espada/excalibur” e “auréola”, que retratam a face bélica e, concomitantemente, a face sacralizada do herói. “Que auréola te cerca? /É a espada que, volteando,/ faz que o ar alto perca/ seu azul negro e brando.” “É Excalibur, a ungida, que o Rei Artur te deu” (PESSOA, 2010, p. 41).

Por intermédio dos trechos retirados dos poemas, percebe-se, além do amálgama entre o terreno e o celestial, que os dois guerreiros são dotados de espada. Entretanto, não se trata de uma arma branca qualquer. Trata-se de

“Excalibur”, a espada mítica do imponente Rei Artur. Deste modo, Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião são sentidos, em *Mensagem*, como cavaleiros da máxima potência para a história de Portugal, uma vez que estes condensam tanto a pureza, a castidade, de Galaaz, quanto a bravura, a audácia, a coragem, a valentia, simbolizadas por “Excalibur”. Os dois heróis, em seus respectivos momentos na obra, se distinguem por estes atributos e por serem alçados, de acordo com a nossa interpretação, a um patamar de perfeito espelhamento. Nuno Álvares Pereira simboliza Portugal no seu apogeu, ápice, enquanto que D. Sebastião materializa o declínio, a decadência da nação lusitana.

Em *Mensagem*, Nuno Álvares é tão importante como D. Sebastião [...] como escreve de Nuno Álvares Pereira, no poema que tem por título o seu nome. Nuno Álvares é a sua presença solar de [Portugal], de quando a pátria gozava de boa saúde, D. Sebastião o seu reverso lunar. (LOPES, RITA T. 1990 apud SEABRA, 1996, p. 352).

As semelhanças entre os dois cavaleiros, caro leitor, evidenciam-se igualmente no modo como Fernando Pessoa implora a estes guerreiros uma atitude espiritual perante a realidade, perante o mundo que circunda o poeta. Isto, segundo o nosso entendimento, atrela-se à missão à qual ambos estão fadados. Esta missão é a de regenerar a pátria. Estimado leitor, adiantamos-lhe que no capítulo 5 será destacado em que consiste esta regeneração. Por ora, cabe mencionar que os dois heróis são dotados de bravura/valentia e são predestinados, iluminados, para (re) conduzir Portugal a um caminho de glórias, a um caminho mais esperançoso, mais triunfante, cheio de paz, conforme podemos depreender a partir dos trechos “ergue a luz da tua espada/ Para a estrada se ver!” (PESSOA, 2010, p. 41), “ergue- te do fundo de não seres/Para teu novo fado” (PESSOA, 2010, p. 80), “Vem, Galaaz com pátria, erguer de novo,/Mas já no auge da suprema prova, /A alma penitente do teu povo/ À Eucaristia nova.” (PESSOA, 2010, p. 80) e “Mestre da Paz, ergue teu gládio ungido [...] Que sua luz ao mundo dividido/Revele o Santo Graal” (PESSOA, 2010, p. 80).

Mediante o imperativo do verbo “erguer”, o qual aparece nos excertos acima, nota-se que Fernando Pessoa reivindica, por meio de uma súplica, um posicionamento, um dever, um compromisso, aos dois cavaleiros, para que a ação espiritual, bem como o objetivo exposto no parágrafo anterior, se

materializem. Para evidenciar tal escopo, precisa-se, necessariamente, de acordo com o nosso prisma de análise, de heróis bem constituídos, bem definidos. Este retrato, a nosso ver, é inerente ao modo como Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião são descritos na obra, uma vez que, após realizarmos uma leitura atenta dos poemas atribuídos aos dois guerreiros, constatamos que estes heróis são impassíveis, isto é: são insensíveis ao sofrimento, à dor. São seres imperturbáveis. Diante desta ótica, vale ressaltar que, em nenhum momento, encontramos algum termo que remeta à fraqueza da condição humana, nem mesmo no poema intitulado “D. Sebastião”, o qual alude ao fracasso do décimo sexto Rei de Portugal em Marrocos. É impressionante como Fernando Pessoa, neste poema, por meio de uma linguagem desconcertante e impactante, nos mostra que a derrota de D. Sebastião somente ocorreu no plano físico/corpóreo, pois, no plano espiritual, este venceu. “Que importa o areal e a morte e a desventura/Se com Deus me guardei?/ É O que eu me sonhei que eterno dura,/ É esse que regressarei.” (PESSOA, 2010, p. 77).

Embora Nuno Álvares Pereira tenha vencido o seu desafio terreno, enquanto que D. Sebastião obteve insucesso, ambos, a nosso ver, podem ser considerados vencedores espiritualmente, uma vez que os dois cavaleiros alcançaram um patamar divino, um lugar próximo a Deus. É neste estado que um e outro, em consonância com a nossa leitura, pretendem regressar, voltar ao seu povo, como salvadores/redentores. Trata-se de cavaleiros impassíveis e santificados, assim como o é Galaaz, conforme os pressupostos da primeira parte do capítulo 4.

O espírito do ciclo da *Demanda do Santo Graal* atravessa de uma ponta a outra a *Mensagem* [...] a coroa nas mãos de Nuno Álvares relacionável evidentemente com a coroa do Espírito Santo, fonte de vida, de domínio, de força genesíaca e de virtualidade renovadora. (QUADROS A. 1986 apud SEABRA, 1996, p. 234).

No que concerne especificamente à figura de D. Sebastião, nota-se, mediante a leitura, que o cavaleiro, nesta santificação, é um mestre, um guia, um emissário, coadunando-se com a imagem que nós, seres humanos de fé católica, possuímos de Jesus Cristo. Portanto, o Rei é um modelo exemplar, um arquétipo de Cristo. D. Sebastião, assim como esta personalidade da tradição cristã, atuaria como salvador de seu povo. Trata-se de um messias a

serviço do bem comum da pátria lusitana, (re) conduzindo-a a ser uma nação enobrecedora e sublime. Conforme o pensamento de Dalila Pereira da Costa (1971), D. Sebastião é:

[...] propriamente, no seu aspecto sagrado, e assim o podemos considerar heterodoxalmente na história da religião dos portugueses, como o Kouros, o salvador. Como na religião dos gregos Dionísio, nas dos egípcios Osiris: aquele que, após sua morte, pela sua epifania, traz um renovo de vida. (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 270).

D. Sebastião, surgindo na *Mensagem* como rei divinizado, identificado que foi a Cristo, a salvação que doará aos homens necessitando assim um semelhante sacrifício, na sua paixão e morte; e surgindo como o fiel servidor da sua nação, por quem se imola. [...] Rei divinizado, e doador, depois da sua morte, da salvação a seu povo. (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 270).

Como o leitor percebeu na última citação referente à reflexão de Pereira da Costa (1971), o martírio, na relação D. Sebastião-*Mensagem*, é posto em primeiro plano. Dada esta circunstância, bem como o papel do martírio na análise anterior, podemos pensar que D. Sebastião não é apenas um arquétipo de Cristo, mas também é um modelo exemplar de cavaleiro. O mesmo raciocínio serve, a nosso ver, para compreendermos profundamente a figura de Nuno Álvares Pereira na obra, visto que ambos se sacrificaram por Portugal. O sacrifício, de acordo com a nossa análise, realça não somente a divindade/santidade intrínseca aos dois seres, mas realça também o aspecto mundano, terreno, dos dois heróis. Ressalta-se que estes somente chegaram ao patamar celestial porque se destacaram na terra, se destacaram na busca de um ideal e, por conseguinte, na materialização de um exemplo de conduta em prol de Portugal.

No tocante a este ideal, convém trazermos para a superfície do texto o excerto “Minha loucura, outros que me a tomem/Com o que nela ia” (PESSOA, 2010, p. 37), pertencente ao poema “D. Sebastião, Rei de Portugal”, pois, segundo a nossa interpretação, este trecho revela o sonho do guerreiro, o espírito de grandeza deste em Alcácer-Quibir, desafiando a própria sorte e, conseqüentemente, a própria vida. Ao que tudo indica, Fernando Pessoa resgata este espírito para mostrar aos seus leitores que D. Sebastião não se contentava com o que estava vivenciando e que este herói, em decorrência disso, reivindicava algo novo para mudar a situação vigente. Em outras

palavras, Pessoa, por intermédio de D. Sebastião, evidencia que é preciso ter honra, desejo, vontade, loucura, para proporcionar a diferença, a mudança no status quo (pensemos na situação política de Portugal no início do século XX). De outra forma, o ser permanece na mesmice, permanece no estado de “Cadáver adiado que procria” (PESSOA, 2010, p. 37), vivendo apenas por viver, esperando a morte, sem ter um sonho, uma perspectiva de vida.

Triste de quem vive em casa,
 Contente com o seu lar,
 Sem que um sonho, no erguer de asa,
 Faça até mais rubra a brasa
 Da lareira a abandonar!

Triste de quem é feliz!
 Vive porque a vida dura.
 Nada na alma lhe diz
 Mais que a lição da raiz- Ter por vida a sepultura.⁵
 (PESSOA, 2010, p. 78).

Logo, D. Sebastião incorpora o cavaleiro com um posicionamento ativo, tanto espiritualmente, conforme destacamos ao longo desta análise, quanto territorialmente, pois, em Alcácer-Quibir, D. Sebastião pretendia expandir o território português, mas não obteve êxito. Contudo, apesar da adversidade, o herói é um ser que almeja um sonho e não mede esforços para consegui-lo, mesmo tendo que sacrificar a própria vida como, de fato, aconteceu. O modo como Fernando Pessoa o constituiu, retrata, de acordo com a nossa interpretação, um exemplo a ser seguido pelos leitores contemporâneos ao poeta, dado que o décimo sexto Rei de Portugal se sacrificou em prol da nação, se sacrificou em prol do destino glorioso desta. Trata-se, portanto, de um mártir a serviço de uma causa nacional, a serviço de uma realização, de uma construção de um sonho, deixando à margem a própria existência. Dada a circunstância acima, D. Sebastião personifica, de fato, um exemplo de conduta. “Na história portuguesa, o sacrifício é consumido em Alcácer Quibir, e todo o povo português partilhará desse dom de vítima, o Rei; nesse acto, um elo se tecendo, infrangível, entre esse povo e seu Rei [...]”. (DA COSTA, PEREIRA D. 1971 apud SEABRA, 1996, p. 272).

Tendo em vista o que foi explanado até agora, percebe-se que, em hipótese alguma, ocorre uma recusa, um distanciamento, um afastamento, por

⁵ Trecho do poema escrito por Fernando Pessoa, intitulado “Quinto Império”, in Mensagem, de Fernando Pessoa, São Paulo, Abril, 2010.

parte do cavaleiro. O que ocorre, segundo as nossas reflexões, é uma ação no mundo, tanto no âmbito espiritual quanto no âmbito territorial, ocasionando uma atitude ativa de D. Sebastião na realidade que o circunda e na realidade que circunda o poeta. Sendo assim, é uma dupla ação, a qual faz parte do contexto histórico vivenciado pela personagem, mas que reverbera no presente de Fernando Pessoa.

Levando em consideração que a temática concernente a esta subdivisão é estabelecer semelhanças entre a figura de Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião, constata-se que, assim como o décimo primeiro Rei de Portugal, o condestável também evidencia um posicionamento ativo, tanto no âmbito espiritual, dada as nossas ponderações ao longo desta análise, quanto no âmbito territorial, pois, em um momento crucial para a soberania lusitana, a batalha de Aljubarrota, Nuno Álvares Pereira, por meio de sua bravura, de seu compromisso perante a nação, materializou a busca por um ideal, o qual se distinguia por Portugal ser independente, sem qualquer interferência dos castelhanos. Logo, por acreditar neste ideal, o cavaleiro se arriscou, se sacrificou em batalha, se doou de corpo e alma pela pátria lusitana e obteve sucesso em sua empreitada, recebendo, em virtude disso, uma honrosa homenagem por parte do escritor. “Esperança consumada porque o Condestável foi um homem de feitos corajosos, ou seja, consumou, concretizou, a sua coragem em actos”. (HIPÓLITO, 2014, p. 50).

O guerreiro, do mesmo modo que D. Sebastião, apresenta um compromisso, uma ação, perante Portugal, incorporando não uma recusa diante do contexto que o circunda, mas uma atitude ativa, a qual reforça o espírito de grandeza, de hegemonia nacional, almejado pelo herói. Desta maneira, a determinação, a entrega, de Nuno Álvares Pereira, de acordo com a nossa pesquisa, é evidenciada por Fernando Pessoa, uma vez que o escritor deseja, assim como ocorre em relação a D. Sebastião, que os portugueses se inspirem na façanha deste guerreiro, bem como em sua respectiva conduta, para proporcionarem mudanças no nebuloso cenário português do princípio do século XX. Isto posto, a atuação de Nuno Álvares Pereira pertence ao próprio contexto do cavaleiro, mas também ecoa na realidade de Fernando Pessoa. O herói, segundo esta perspectiva, é um dos escolhidos para retirar o povo

português da escuridão, da penumbra, através da espada que ilumina, que oferece claridade aos lusitanos. “Ergue a Luz da tua espada/ Para a estrada se ver!” (PESSOA, 2010, p. 41).

Pede-lhe Pessoa erga a luz da sua espada “para a estrada se ver”. É claro que este pedido vem na mesma linha de outros, parecendo que Pessoa reúne um exército imaterial, para servir de inspiração a uma revolta futura. Mas como é um exército imaterial, de memórias, mitos, a revolta terá de ser de consciências, mentalidades humanas. (HIPÓLITO, 2014, p. 50).

Ao cabo desta análise em específico, consideramos oportuno estabelecer uma breve comparação entre as figuras de Nuno Álvares Pereira, D. Sebastião e Conde D. Henrique, pois, a nosso ver, Fernando Pessoa abrange, em relação a estes heróis, tanto a representação vigente do cavaleiro medieval, a qual se distingue por ser ascética, visto que Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião são descritos como metamorfoses do herói Galaaz, quanto à representação subversiva, caracterizada pelo não cerceamento da personalidade sexual, dado que o Conde D. Henrique, segundo a nossa leitura, consolidou um ato sexual, o qual deu origem ao primeiro Rei de Portugal. À vista disso, nota-se uma oscilação do poeta no que diz respeito a esta temática. Embora a oscilação em questão seja explícita, destaca-se, ao nosso leitor, que Fernando Pessoa faz uma releitura do contexto no qual o cavaleiro medieval está inserido. Esta releitura será explanada doravante.

Mediante os poemas, de índole esotérico-ocultista, que aludem aos heróis supracitados, Pessoa apresenta uma liberdade para operar no contexto do cavaleiro, invertendo, mesmo que em pequena quantidade, os valores consolidados na Idade Média com a intenção de que os críticos modernos analisem esta representação sob outro prisma, o qual associa-se, de acordo com o nosso entendimento, não com a restrição ou não restrição da sexualidade, mas com as consequências destas duas disposições. Consequências que convergem, seguindo a nossa linha de raciocínio, para o mesmo sentido no âmbito patriótico lusitano. Para sermos menos abstratos: Embora Nuno Álvares Pereira, D. Sebastião e Conde D. Henrique destoem no quesito sexualidade, os três cavaleiros confluem para o mesmo ponto. Este ponto é a materialização de um exemplo de conduta diante dos obstáculos enfrentados, um exemplo de postura em prol de seus respectivos ideais acerca

de Portugal. Deste modo, parece-nos que para o poeta o mais importante não é traçar diferenças entre os cavaleiros. O que realmente prevalece é traçar semelhanças, as quais realçam atributos que desencadeiam em um posicionamento ativo destes guerreiros perante a realidade.

No tocante a estas similitudes entre os cavaleiros, convém destacar que a natureza da releitura de Fernando Pessoa não se restringe somente ao engrandecimento deste poder de ação, uma vez que o ponto central da questão expande-se para outro nível. Este nível, na nossa ótica de leitura, é o retrato da individualidade que o poeta evidencia em primeiro plano, nas análises desenvolvidas. De acordo com esta concepção, Pessoa, ao apontar que dois cavaleiros são ascéticos em detrimento de um, realça e resgata, a particularidade dos guerreiros e, em um sentido mais amplo, a peculiaridade dos indivíduos. Sendo assim, depreende-se que, para o nosso escritor, a singularidade, a especificidade, dos seres não poderia ser marginalizada. Pelo contrário, deveria ser enaltecida, quando o assunto é a nação. Logo, constata-se que Fernando Pessoa julga importante exaltar a individualidade, na valorização dos vultos nacionais.

No que concerne a esta glorificação da individualidade, acreditamos que este seja um dos pormenores fundamentais que difere a abordagem pessoana dos ideais do Estado Novo, de Salazar. Explicitaremos.

Lembrando dos pressupostos expostos no capítulo 2, o Estado Novo era caracterizado pelo autoritarismo, pela repressão, pelo nacionalismo exacerbado e pelo corporativismo. Tratava-se de um regime antidemocrático que possuía, como um de seus focos basilares, o aniquilamento da individualidade do povo português, uma vez que, na visão deste governo, era preciso formar seres com comportamentos sociais padronizados, que não colocariam em risco esta ditadura. Em virtude disso, reivindicava-se, diante da realidade, uma conduta, uma atuação, calcada na negação/esquecimento da singularidade e, por conseqüência, na submissão a todas as instruções e diretrizes da tirania. Com o intuito de lograr êxito nesta tentativa de dominação, Salazar e os integrantes de seu governo, forjavam um discurso de índole patriótica/nacionalista, o qual supostamente era atento aos interesses de Portugal, para persuadirem os lusitanos. Entretanto, este discurso não passava

de um palavrório vazio, de uma mera propaganda ideológica, que servia de instrumento para a manipulação dos portugueses, promovendo uma imagem não verídica da realidade. Isto posto, Salazar não atuava em prol da nação, mas em prol da manutenção de seu governo. Assim, o nacionalismo propagado por esta ditadura era, conforme apontamos na terceira subdivisão do capítulo 2, improdutivo e retrógrado, pois não era a pátria portuguesa que o Estado Novo queria enaltecer, mas a imagem de seu próprio regime, o qual se distinguia por ser altamente repressivo e repugnante com quem não ia em sintonia com esta perspectiva de sistema político.

Dada esta conjuntura, observa-se que Salazar e o seu governo propagavam um nacionalismo falso e um cerceamento da individualidade, fatores que os distanciavam do modo como Fernando Pessoa avistava a pátria lusitana. Ao que tudo indica, a maneira como o Salazarismo compreendia o indivíduo na realidade era análoga à forma como este governo valorizava os vultos nacionais em *Mensagem*, isto é: os ícones lusitanos não passavam de seres não dotados de singularidade, os quais eram constituídos por comportamentos padronizados a serviço de uma instância governamental ditatorial. Contudo, acreditamos que Pessoa, por intermédio de sua *Magnum Opus*, apresenta um afastamento e uma crítica a este pensamento salazarista, uma vez que, na nossa interpretação, o escritor emprega no seu livro um caráter de intervenção consciente para suplantar este nacionalismo de índole ditatorial. Neste exato momento, o leitor atento deve estar se perguntando: onde se materializa esta intervenção nos poemas analisados? Ora, partindo-se do pressuposto de que na perspectiva salazarista os cavaleiros são considerados convencionais e submissos a uma ordem administrativa, Pessoa os reelabora não somente acrescentando a individualidade, conforme destacamos há pouco, mas também por acrescentar, através dos atributos e do posicionamento ativo destes, o sonho, a imaginação, no que diz respeito puramente à nação, substantivos estes que eram simplesmente talhados pelos integrantes do Estado Novo.

Haja vista as ponderações desta subdivisão, nota-se como o discurso de Pessoa diverge do discurso de Salazar. O nacionalismo entendido pelo poeta não se restringia à exaltação, à idolatração, de um político ou de uma

forma de governo. O nacionalismo, no entendimento do escritor, se materializava no poder de ação em prol de Portugal e do bem comum dos portugueses, sem vinculação com qualquer ideologia político-partidária. Era agir exclusivamente em prol da pátria, uma vez que o país era maior do que o regime vigente. Seguindo esta linha de raciocínio, os cavaleiros, por intermédio de sua bravura, exemplo de conduta e disposição, realçam um espírito de nacionalidade e um comprometimento com a nação, não com Salazar.

Uma vez finalizada a sequência de análises, podemos considerar que, nestes poemas de *Mensagem*, evidencia-se uma junção entre o presente e o passado. No que concerne a este entrecruzamento, é preciso destacar que, de acordo com a nossa interpretação, Fernando Pessoa, mediante a representação destes guerreiros, almejava que os seus contemporâneos contemplassem o que era, de fato, um nacionalismo perante Portugal e que, posteriormente, se inspirassem nestas virtudes expostas para combater o pseudonacionalismo do Estado Novo. Diante disso, constata-se que as características dos heróis transcendem os poemas e coadunam-se com a contemporaneidade do escritor, materializando uma autoimagem coletiva, um pensamento coletivo acerca da nação, fato que era carente aos portugueses do início do século XX. Sendo assim, como já foi explicitado no capítulo 2, acreditamos que Fernando Pessoa, por meio dos cavaleiros, atuava como voz de Portugal, como agente da transformação necessária, que aspirava a uma remodelação/regeneração do subconsciente nacional dos lusitanos, na tentativa de ofuscar a apatia oriunda de um nacionalismo de caráter intransigente. Esta regeneração, segundo a nossa concepção, atrela-se a dois objetivos do poeta, os quais, conforme veremos a partir de agora, são pautados na explanação do espírito de consciência criadora nacional e no sonho de conduzir a pátria a um futuro esplendoroso e imponente, de cunho cultural e espiritual.

5. O PORVIR INTELECTUAL DE PORTUGAL

5.1 O CIO DE CRIAR, A SAGRADA LUXÚRIA DE CONSTRUIR

Indubitavelmente, o estimado leitor há de concordar conosco que, na subdivisão anterior, os cavaleiros transmitem, em pequena ou grande proporção, um grau de pertencimento em relação à pátria lusitana. A respeito desta constatação, nota-se que, desde o Conde D. Henrique até D. Sebastião, perpassa a tentativa do poeta de fazer com que os portugueses se espelhassem nestes ícones, na luta contra a falta de espírito nacional, a qual assombrava Portugal no princípio do século XX. Dado o contexto de letargia pelo qual passava a nação lusíada, depreende-se que os guerreiros poderiam servir como uma espécie de insumo, “input”, para que os contemporâneos ao escritor resgatassem a alma nacional portuguesa que, ao que tudo indica, esfarelou-se com a ascensão de um regime totalitário, calcado na intolerância, na opressão, na insegurança e na censura.

Quando uma nação caiu em letargo, em desorganização, esse próprio letargo faz com que não tenha forças para sair dele, essa própria desorganização a impossibilita de organizar uma saída dela, uma nova vida. **Para que de um estado de letargo se passe a um estado de acção construtiva**, é mister que o **letargo seja sacudido**, para que as forças deveras activas apareçam; é mister que a desorganização chegue a um estado agudo, para que as mais letárgicas se convençam **de que têm de agir ou que ajudar a agir** [...]. (SERRÃO, 1979, p. 30, grifo nosso).

Estabelecendo-se um paralelo entre a citação acima e o cerne vital deste trabalho, podemos considerar o poder de ação dos cavaleiros como um instrumento para sacudir, balançar e estremecer o Portugal entristecido de Salazar. Segundo o que foi explanando no terceiro item do capítulo anterior, o poeta reivindicava, por meio da glorificação destes heróis místicos e significativos da história portuguesa, uma atitude de seus leitores perante a realidade que os envolvia. Contudo, a “ação” desejada por Fernando Pessoa não se atrelava a um possível enfrentamento bélico para depor o Estado Novo, mas a uma “acção construtiva” (SERRÃO, 1979, p. 30), a qual proporcionaria modificações tanto no país quanto na alma de seus respectivos cidadãos. Tendo em vista este pressuposto, a atitude ativa dos leitores de *Mensagem* deveria transcender a esfera terrena e coadunar-se com a esfera espiritual, que

fortaleceria a içagem da nação e da alma portuguesa, uma vez que estas se encontravam em um estado de mediocridade, de depressão, de desmotivação, precisando, urgentemente, de uma mudança. “O que se propõe é uma mutação da alma [...] uma regeneração, individual e social que passa antes de mais por uma mudança de atitude face aos valores ditos normais da vida”. (CENTENO, KACE I. 1985 apud SEABRA, 1996, p. 390).

Com o auxílio das reflexões de Joel Serrão (1979), as quais são intrínsecas ao livro *Fernando Pessoa - Sobre Portugal - Introdução ao problema nacional*, constata-se que o cenário nebuloso vivenciado por Portugal não se restringia somente à conjuntura político-social, mas era inerente também ao campo da cultura “[...] Ficámos no estado vil de inteligência, servil e mimético, em que desde esse tempo temos vegetado [...]” (SERRÃO, 1979, p. 253). Destarte, para contornar este país desajustado em todas as suas instâncias, era preciso “agir”. Agir através de uma “acção construtiva”, a qual possuía como objetivo o restabelecimento da identidade e da autoestima da nação, (re) colocando-a em um patamar sublime, no que diz respeito a um espírito de nacionalidade sólido e consistente. Neste instante, o leitor deve estar se perguntando: “o que representava este tipo de ação?” Uma vez que esta atitude não era referente ao combate físico, como esta ação se constituía? Esclareceremos, pois estas indagações são passíveis de serem respondidas doravante.

Em consonância com a nossa linha de raciocínio, a “acção construtiva”, proposta por Serrão (1979), ilustrava a materialização do espírito de consciência criadora nacional, que serviria como uma espécie de cura para o marasmo da nação. De acordo com o historiador, tratava-se de um “remédio” que havia como intuito evidenciar uma transformação mental no povo português, promovendo o surgimento de portugueses intelectualmente ativos. Estes, em virtude de suas produções intrínsecas ao âmbito cultural e espiritual, demonstrariam interesse e energia na reabilitação de Portugal e, por conseqüência, na (re) criação da alma nacional portuguesa. Logo, para que fosse possível materializar o propósito de regenerar a pátria em todas as suas áreas, o pontapé inicial deveria partir não da esfera bélica, mas da esfera cultural e espiritual, dado que esta simbolizava a busca por uma identidade,

bem como pelo pensamento coletivo sobre a nação. Isto posto, o processo de consciência criadora nacional se distinguia pela submissão da mente a um serviço intelectual, pautado em produções artísticas de cunho patriótico, calcadas em pensar e transformar a realidade nacional a partir de um pensamento comum entre os lusitanos em relação a Portugal.

É preciso criar um organismo cultural [...] com fins: criação de uma atitude cultural. [...] Criação lenta e estudada de uma atitude donde derive uma noção de Portugal como pessoa espiritual. [...] Considerar que a Pátria Portuguesa existe toda ela dentro de cada indivíduo português. (SERRÃO, 1979, p. 125).

[...] e só a partir da qual se poderia conceber e abrir (começar a abrir) o futuro- um futuro que português se mantivesse. Abrir o futuro, ou seja, redescobrir a ideia de descobrir, reencontrar a subalternizada capacidade de criar, isso a que ele chamou “o cio de criar, a sagrada luxúria de construir”. (SERRÃO, 1979, p. 44).

“O cio de criar, a sagrada luxúria de construir”. A nosso ver, estas expressões são desconcertantes e ilustram o que significa o desejo de vislumbrar Portugal intelectualmente ativo em seu futuro, porém, para lograr êxito no objetivo em questão, precisava-se, obrigatoriamente, de uma regeneração pela mente, visto que a nação lusitana, na época de Fernando Pessoa, era um mundo espiritualmente e culturalmente diminuído. Sendo assim, a obra *Mensagem*, na nossa ótica de análise, assumia um papel redentorista, o qual poderia simbolizar um possível prelúdio, um possível exemplo, para outros escritores se debruçarem, com extremo zelo e dedicação, sobre a reconstrução da alma e da autoimagem portuguesa. Nas palavras de Teresa Rita Lopes (1990), o livro é um “[...] mandato subjetivo para salvar Portugal [...]” (LOPES, RITA T. apud SEABRA, 1996, p. 346) e um sinal, que seria capaz de despertar o interesse de criação cultural por parte dos portugueses “[...] “É a hora”, é o brado final para incitar à acção. Dar à pátria Bela Adormecida o beijo ressuscitador [...]” (LOPES, RITA T. apud SEABRA, 1996, p. 352).

Haja vista as considerações do parágrafo anterior, observa-se que Fernando Pessoa havia como intuito resgatar o orgulho nacional e direcionar a sociedade portuguesa para uma nova concepção de si própria. Esta concepção era fundamentada na esperança de entrever Portugal como uma potência construtiva, deixando à margem a indisposição cultural que perpassava a

nação. Aparentemente, o poeta, por intermédio de sua poesia impactante em *Mensagem*, aspirava a uma consciência superior de nacionalidade por parte de seus compatriotas, a qual se caracterizava pela produção em maior escala de alguma arte, que contemplasse, que identificasse, os portugueses como um todo. Portanto, era preciso que os concidadãos do escritor pensassem, mediante um senso intelectual e nacional, a pátria lusitana de uma maneira similar, uma vez que, deste modo, as mais diversas produções artísticas convergiriam para a perspectiva de (re) construção nacional no porvir lusitano. Pelo visto, embora Portugal presenciase a escassez em termos culturais, existia uma luz no fim do túnel:

A criatividade [artística e literária] atinge-se quando se está num estado de tensão contínua a que se chega através da assunção do passado que nos projeta depois num futuro profundamente superior, espiritual e de largos horizontes. (ALMEIDA, ONÉSIMO T. 1990 apud SEABRA, 1996, p. 333).

Redigido este capítulo, depreende-se que Fernando Pessoa almejava um ideal de nação, o qual era fundamentado no espírito de consciência criadora nacional que, em linhas gerais, poderia ser compreendido como a construção de produções artístico-literárias que entendessem a alma portuguesa e, por conseguinte, Portugal de uma maneira semelhante. Este ideal, que foi mencionado ao longo desta pesquisa, condizia, de acordo com o nosso entendimento, com a esperança de que os portugueses criassem uma nova alma portuguesa, de que recuperassem a sua identidade, a sua autoestima, através de um posicionamento intelectual ativo. É, sem dúvida, uma ação que deveria partir da mente, mas, ao mesmo tempo, do espírito dos envolvidos. “É preciso, para que haja um Portugal novo, haver uma Nova Alma Portuguesa. Para que possa haver uma [...] cultura nacional, qualquer coisa nacional, seja o que for, o primeiro passo a dar é espiritual [...]” (SERRÃO, 1979, p. 35).

Para que este objetivo fosse cumprido em sua totalidade, era necessária uma consciência de nacionalidade por parte dos lusitanos, pois, antes destes se inserirem nesta seara altamente complexa, precisariam ter um sentimento de pertencimento em relação a Portugal, precisariam entrever o que era a nação por meio de um pensamento comum, por meio de uma maneira coletiva e de um sentimento nacional forte e sublime. Em conformidade com a

nossa leitura e com a temática abordada nesta etapa, julgamos que a representação do cavaleiro medieval em *Mensagem* traz à tona esta consciência de nação, bem como o pensamento comum sobre Portugal, os quais serviriam de alicerce para os portugueses em suas produções culturais. No tocante a estas produções, as características destes guerreiros, a nosso ver, garantem uma união no que diz respeito à pátria e poderiam contribuir para a expectativa de consolidação do porvir cultural e espiritual da pátria lusitana, pois estes atributos retratavam uma alma e uma ideia de nação bem consolidadas, além de um sentimento de pertencimento. Isto, segundo a nossa concepção, revelava um orgulho nacional, uma autoimagem coletiva sobre a nação; fatores que serviriam de combustível para as produções artístico-literárias inerentes ao futuro intelectual de Portugal.

6. CONCLUSÃO COM “C” MINÚSCULO

Ao término desta pesquisa, podemos simplesmente salientar que *Mensagem* é um livro altamente complexo e profundo. Desde a palavra que remete ao título desta obra até o seu respectivo conteúdo, existe uma infinidade de interpretações e compreensões. Em virtude disso, consideramos a temática deste trabalho um ingrediente a mais para esta multiplicidade de leitura e, por conseguinte, para a imensa fortuna crítica de nosso poeta. No que tange a este âmbito da diversidade, o nosso percurso era pautado, no princípio desta presente pesquisa, em analisar somente um único elemento, mas, ao longo de nossos estudos e reflexões, a representação do cavaleiro medieval trouxe-nos, como conseqüência, a necessidade de olhar com cuidado e atenção o Portugal entristecido do início do século XX. Tratava-se de uma nação que possuía como característica principal o nacionalismo, porém, conforme detectamos, este ufanismo não idolatrava a pátria lusitana em sua totalidade, mas enaltecia exclusivamente um regime político intransigente, o qual marginalizava o verdadeiro sentimento de identidade/orgulho nacional.

Levando em consideração esta última constatação, percebemos, por meio do nosso estudo, que Fernando Pessoa serviu-se do passado, da figura do cavaleiro medieval, para remodelar o subconsciente do povo português, resgatando a verídica consciência de nacionalidade, o real pertencimento em relação à nação. Por intermédio destes heróis, conseguimos compreender, de uma maneira um pouco mais profunda, a intenção do escritor em (re) criar a alma de seus compatriotas e de regenerar Portugal, tanto no plano cultural quanto no plano espiritual.

Entretanto, embora tenhamos conseguido obter êxito em nosso objetivo, consideramos que o cerne vital deste trabalho é impossível de ser exaurido nestas páginas. De acordo com o nosso entendimento, é leviano, negligente, apontar que esta temática é passível de ser esgotada, pois trata-se de uma sensibilidade, de uma possibilidade de leitura, e não de um conhecimento catedrático, o qual não se pode questionar. Diante disso, esta perspectiva de análise pode ser contestada em estudos futuros, uma vez que nenhuma obra clássica, assim como nenhum aspecto desta, devem ser

submissos a uma visão monolítica de pensamento, percepção. A riqueza e a grandeza de um cânone, nesta linha de raciocínio, somente serão realçadas quando múltiplas interpretações e compreensões emergem em primeiro plano. Isto posto, o que desejamos, a partir de agora, é abrir a seara para pesquisas futuras, visto que a nossa leitura, a nossa experiência diante desta *Magnum Opus*, é parcial, isto é: não representa, em hipótese alguma, um saber soberano. Pelo contrário, é apenas um saber que necessita, urgentemente, de um diálogo com outros saberes, oriundos de outras leituras, de outras análises, as quais contribuem para um aprofundamento da obra. *Mensagem*, como toda e qualquer obra literária, não merece ser esgotada, mas ampliada, revisitada e renovada, pelas diversas abordagens que suscita “É a Hora” (PESSOA, 2010, p. 96).

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula**: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985.

DUBY, George. **A sociedade cavaleiresca**; trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, George. **O cavaleiro, a mulher e o padre**: o casamento na França feudal; trad. G. Cascais Franco. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

HIPÓLITO, Nuno. **As mensagens da Mensagem**: A Mensagem de Fernando Pessoa anotada e comentada. Disponível em:
<http://www.umfernandopessoa.com/uploads/1/6/1/3/16136746/_as-mensagens-da-mensagem-2010.pdf>

MEGALE, Heitor. (org.). **A demanda do santo graal**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NEGREIROS, Almada. **Obra completa: volume único** org, Alexei Bueno: introdução, José Augusto França. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Abril, 2010.

PESSOA, Fernando. **Obra poética: volume único/Fernando Pessoa**; organização, introdução e notas de Maria Aliete Galhoz. -3.ed, 22.impr.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

SEABRA, José Augusto. (org.). **Mensagem- poemas esotéricos/ Fernando Pessoa**; edición crítica. Madrid: Colección Archivos, 1996.

SERRÃO, Joel. (org.). **Sobre Portugal- introdução ao problema nacional. Fernando Pessoa** (recolha de textos de Maria Isabel Rocheta & Maria Paula Morão. Lisboa: Ática, 1979.

ZIERER, Adriana. **Damas e cavaleiros n`a demanda do santo graal**. **Revista Graphos**, Maio. 2013. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/16311/9340>> Acesso: 07 junho. 2017.